



# Anais da Assembléia

Nº 17

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE MARÇO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOSELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI

## Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 09: Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Joselito Canto.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1995  
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reni Borsatto, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário e Ricardo Chab (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Indicação:**

**I N D I C A Ç Ã O**

Senhor Presidente.

Venho pelo presente, indicar o nome do ilustre Deputado Augustinho Zucchi, como

representante do PP - Partido Progressista, junto à Comissão Parlamentar de Inquérito que analisará irregularidades junto ao Porto de Paranaguá.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada consideração.

Sala das Sessões, em 20.03.95.

(a) SERGIO SPADA

Líder do PP

**Ofício:**

OF. nº 597/95

Curitiba, em 20.03.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, Anteprojeto de Lei, que reajusta em 10% (dez por cento) as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas, a partir de 01 de março de 1995.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

(a) NESTOR BAPTISTA

Presidente

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - As tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, vigentes em janeiro de 1995, ficam reajustadas em 10% (dez por cento), na forma do Anexo Único desta lei.

Art. 2º - Ficam, também, reajustados os valores da Gratificação dos cargos de provimento em comissão, na mesma proporção dos verificados nos vencimentos dos respectivos símbolos.

Art. 3º - Ficam, ainda, reajustados o valor da Gratificação de que trata o Decreto Estadual nº 2.966, de 24 de julho de 1980, para R\$ 25,23 (vinte e cinco reais e vinte e três centavos), o valor da Gratificação de Produtividade, para R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e o valor do salário família, por dependente legal, para R\$ 1,14 (um real e quatorze centavos).

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 1º de março de 1995.

**ANEXO UNICO**

**Tabelas de vencimentos, do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a vigorar a partir de 1º de março de 1995.**

TABELA I - CARGOS EFETIVOS

MÊS: MARÇO/1995

NÍVEL	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	844,59	853,30	862,00	870,71
2	610,95	617,25	623,55	629,85
3	585,76	592,06	598,36	604,66
4	560,57	566,87	573,16	579,46
5	535,37	541,67	547,97	554,27
6	510,18	516,48	522,78	529,07
7	484,98	491,28	497,58	503,88
8	459,79	466,09	472,39	478,69
9	434,60	440,90	447,19	453,49
10	409,40	415,70	422,00	428,30
11	384,21	390,51	396,81	403,10

TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "DAS"

SÍMBOLO DAS-1	453,55
SÍMBOLO DAS-2	400,30
SÍMBOLO DAS-3	373,07
SÍMBOLO DAS-4	319,01
SÍMBOLO DAS-5	291,76

TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "C"

SÍMBOLO 1-C	188,29
SÍMBOLO 2-C	173,89
SÍMBOLO 3-C	160,52

TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO 1-F	11,43
SÍMBOLO 2-F	9,71
SÍMBOLO 3-F	8,56
SÍMBOLO 4-F	6,86
SÍMBOLO 5-F	6,28
SÍMBOLO 6-F	5,12
SÍMBOLO 7-F	3,98

Requerimento:

REQUERIMENTO N° 419

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, usando de suas atribuições, regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, dispensa de interstício para a realização de sessões extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária com a finalidade de apreciar em 2ª Discussão os Projetos de Lei n° 52/95, que reajusta, a partir de 1º de março de 1995, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e as Funções Gratificadas dos Servidores Cíveis e Militares, e os salários do Pessoal regido pela C.L.T. do Poder Executivo e do Projeto de Lei n° 53/95, que concede prazo para recolhimento de ICMS às Indústrias e Cooperativas que adquiram milho em grão de produtores paranaenses.

Sala das Sessões, em 20.03.95

(aa) JOCELITO CANTO, LUIZ CARLOS ZUK, ALGACI TOLIO, MILTON PUPPIO, RENY BORSATTO, NELSON JUSTUS, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, LUIZ CARLOS MARTINS, ANTONIO BELINATI, EDUARDO TREVISAN, JOSÉ MARCOS ALVES, CEZAR SILVESTRI, BETO RICHÁ, ROSSONI, EDNO GUIMARÃES, EDGARD BUENO, CEZAR SELEME, ELIO RUSCH, WALMOR TRENTINI, BASÍLIO ZANUSSO, JOÃO TECHY FILHO E UMA ILEGÍVEL.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 005/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Altera a redação do art. 1º da Resolução n° 43/94, de 28 de dezembro de 1994, que passa a ser a seguinte:

"Art. 1º - Autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Carambeí, desmembrado dos Municípios de Castro e Ponta Grossa.

Iniciando na foz do Rio Cotia, junto à margem direita do Rio Tibagi, na latitude de 24°46'40''S e 50°18'12''W (GRW), segue o citado Rio Cotia acima, até a foz do Arroio Maria Leme, na confrontação com o Município de Tibagi. Daí, segue o Arroio Maria Leme acima até sua nascente e segue ao longo de uma linha seca de divisa até o peral da Serra São Joaquim, segue ao longo desta até o divisor d'água, junto a estrada municipal daí, segue esta estrada sentido Tronco, até alcançar o Rio São João, segue Rio São João abaixo até a barra de um arroio após a Fazenda Engenho, daí, segue este Arroio acima até sua cabeceira, daí, segue a linha reta, cruzando a rodovia e a ferrovia, alcançando a cabeceira do Arroio da Campina, daí, segue este Ar-

roio abaixo até sua barra, junto ao Rio Jutuba, daí, segue o Rio Jutuba, até a foz do Arroio Bonsucesso e subindo por este até a cabeceira de um afluente da margem direita, segue por linha seca até a cabeceira de um afluente da margem direita do Rio Pitanguí e segue por este afluente abaixo até o Rio Pitanguí, segue o Rio Pitanguí abaixo, até a Represa dos Alagados, sempre na confrontação com o Município de Castro. Daí segue pela Represa dos Alagados até a barra do Rio Moquem, afluente ao lado direito junto ao alagado, deste segue em uma linha seca até a nascente do Arroio da Caixa D'Água, daí segue o lageado da Caixa D'Água abaixo até a sua barra junto ao Rio Pitanguí sempre confrontando com o Município de Ponta Grossa. Daí segue o Rio Pitanguí abaixo até alcançar a foz do Rio Congonhas, segue este acima, até a cabeceira de uma sanga na sua margem esquerda, segue em linha reta até a cabeceira do Arroio Barbado, e segue este abaixo até a sua foz junto ao Rio Tibagi, sempre na confrontação com o Município de Ponta Grossa. Daí segue com o Rio Tibagi abaixo na confrontação com o Município de Tibagi, fechando o perímetro.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.95

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição pretende tão somente a correção do memorial descritivo do município a ser criado.

No entanto, a descapitalização dos produtores, gerada pela redução sucessiva das produtividades impedem, principalmente, os micro e pequenos produtores de investimentos necessários para reverter este quadro.

Diante desta realidade, o Governo do Paraná, nos últimos quatro anos, procurou através de implementação de programas como: Programa de Manejo Integrado de Solo e Água - PMISA; Paraná Rural (implantação de 4 (quatro) terminais ferroviários e 38 (trinta e oito) rodoviários de distribuição de calcário) e Crédito através da equivalência produto (Panela Cheia) incentivar o uso da calagem.

O resultado deste esforço pode ser demonstrado pelos números a seguir:

ANO	% ANO AVANÇO	
1991	1.832.000	-
1992	2.073.000	+ 13,10
1993	2.812.000	+ 35,60
1994	3.200.000	+ 13,80
Fonte: DERAL/SEAB		Total: 62,50

Portanto, conseguiu-se nos últimos três anos aumentar o consumo de calcário em 62,50% e indiretamente reduzir a sazonalidade da produção e oferta. Sendo que, no ano de 1994 foi onde o Estado mais incentivou a utilização de calcário, chegando a apoiar a aquisição aos micro e pequenos produtores de 500.000 toneladas num investimento de US\$ 5.000.000,00.

Ora, uma intervenção tão importante como esta não pode ficar sujeita a decisões políticas localizadas, mesmo porque, o consumo de calcário x adubo, ainda não é o ideal para se obter o máximo de produtividade das terras paranaenses. Somente para satisfazer esta relação, o Estado deveria consumir ao redor de 4.000.000 toneladas/ano e o consumo ideal fica ao redor de 7 a 8 milhões de toneladas/ano.

Cabe salientar que, pela aplicação deste insumo, os micro e pequenos produtores têm conseguido ganhos de produtividade de até 100% principalmente nas culturas de milho e feijão, o que vem dar novo alento a estes, reduzindo as desigualdades sociais no campo, e indiretamente aumentando o potencial da própria arrecadação do Estado.

Portanto, este é o objetivo desta lei, criarmos um sistema de incentivo efetivo e permanente, pois tanto a Lei Agrícola 9.917 em seus artigos 13 e 52 quanto a Lei 8.019, artigo 4º e 6º dão sustentação a esta iniciativa que manterá o Estado do Paraná na vanguarda das soluções agrícolas nacionais.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 055/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Cerrado da Roseira, com sede e foro na Cidade de Jaguariaíva, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.95.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

Em atendimento a solicitação do Presidente da Associação de Moradores e Amigos do Bairro Cerrado da Roseira, Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor Leonil Pinto de Oliveira, cuja postura administrativa, tem demonstrado sua competência e seriedade à frente da Entidade, o que vem endossar, portanto, a solicitação referida, no sentido de declarar de Utilidade Pública, a Instituição em referência.

Desta forma, encaminhamos, então, o respectivo projeto de lei.

Outrossim, a instituição vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios da solidariedade humana, possuindo objetivos progressistas, que atendem a legislação pertinente, constituindo-se numa fonte de desenvolvimento social, no entanto, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população assistida.

Isto posto, requer-se então, a declaração de Utilidade Pública da instituição referida, uma vez que atende o que dispõe a Lei Estadual n° 6.994, de 19 de janeiro de 1978.

PROJETO DE LEI N° 056/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Distrito Eduardo Xavier da Silva, com sede e foro na Cidade de Jaguariaíva, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.95.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

Atendendo a solicitação do Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Distrito Eduardo Xavier da Silva, Senhor Leonil Pinto de Oliveira, cuja postura administrativa, tem demonstrado sua competência e seriedade à frente da Instituição, o que endossa, portanto, o pedido de declaração de Utilidade Pública da Entidade em epígrafe. Desta forma, encaminha-se então, o respectivo Projeto de Lei.

A Instituição em pauta vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e de solidariedade possuindo objetivos progressistas de interesse comum e de atendimento comunitário, constituindo-se numa fonte de desenvolvimento social, no entanto, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população assistida.

Face o exposto, requer-se então, a declaração de Utilidade Pública da instituição em referência, uma vez que a mesma encontra-se de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei Estadual n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

PROJETO DE LEI N° 057/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei n° 10.981, de 27 de dezembro de 1994, passa a

vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - É facultado às entidades sindicais representantes de servidores públicos estaduais do Estado do Paraná, a liberação dos servidores eleitos para o cargo de direção sindical, na proporção de cinco dirigentes, mais um dirigente a cada mil servidores associados, por entidade sindical".

Art. 2º - O parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - A liberação terá duração igual a do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição."

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.95.

(aa) PÉRICLES DE MELLO

ANGELO VANHONI

EMERSON NERONE

DOUTOR ROSINHA

IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A organização da sociedade, incluindo os sindicatos, é a melhor forma de garantir os direitos das pessoas, entre os quais se encontram os direitos aos serviços prestados pelo Estado.

Os sindicatos, como forma de organização dos trabalhadores, garantem a luta por melhores condições de trabalho que é prestado à população. Daí a importância que seus dirigentes possam ser liberados para a organização da categoria representada.

A Lei nº 10.981/94 que "assegura ao servidor público estadual, eleito dirigente sindical, ainda que na condição de suplente, os direitos inerentes ao cargo", está limitando a liberação à oito (08) dirigentes e por uma única reeleição o que inibe a organização dos sindicatos de servidores estaduais.

A presente proposta visa alterar a proporcionalidade dos dirigentes liberados a fim de garantir que as categorias com maior número de trabalhadores possam ter um maior número de dirigentes liberados e tantas vezes quantas os mesmos forem eleitos.

PROJETO DE LEI Nº 058/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado, entidade esta que tem por finalidade buscar o equilíbrio social e serve toda uma coletividade desinteressadamente.

Esperamos, então, contar com apoio dos nobres Pares nesta justa reivindicação de toda uma classe de trabalhadores.

PROJETO DE LEI Nº 059/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Cria programa permanente de fornecimento de insumo agrícola (calcário) subsidiado em 70% (setenta por cento) do valor final, posto na propriedade, até o limite máximo de 50 toneladas para cada micro e pequeno produtor. O valor máximo (R\$) por tonelada a ser apoiado deverá ser fixado regionalmente, através de pesquisa de mercado efetuada pela SEAB.

§ 1º - Consideram-se a título de classificação, micro e pequenas propriedades, aquelas estabelecidas na Lei nº 9.917, art. 4º, § 1º, inciso III, que corresponde a 3 (três) módulos fiscais.

§ 2º - Priorizar as propriedades que tenham adotadas práticas de uso e manejo adequado e integrado de solo e água.

§ 3º - Priorizar propriedades que apresentem teores críticos de acidez do solo.

§ 4º - Priorizar as propriedades ambientalmente conduzidas e preservadas.

Art. 2º - As fontes de recursos financeiros estão apontados no Art. 60, da Lei nº 9.917, de 30.03.92.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.95.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O fortalecimento da agricultura, necessita impreterivelmente de incremento da produtividade, o que, em consequência, eleva a competitividade e rentabilidade do setor.

Um dos maiores fatores de baixa produtividade, principalmente das culturas de subsistência, no Estado do Paraná, é a acidez dos solos. Análises indicam que 67% destes têm alto índice de acidez e necessitam de correção.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Finda a leitura do Expediente.

Passamos ao Pequeno Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Edno Guimarães.

O SR. EDNO GUIMARÃES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pela primeira vez, hoje viemos aqui nesta tribuna para trazer ao conhecimento de Vossas Excelências as nossas preocupações de nossa região, de Cianorte e Noroeste do Paraná. Quero dizer aos Senhores Deputados que nós, da Região Noroeste estamos bastante preocupados. Apesar de já termos alguma experiência como Prefeito que fomos da Cidade de Cianorte, e queremos agora - conhecedor que somos daquela região - com a ajuda dos nobres companheiros Deputados, iniciar um trabalho junto com o nosso Governador do Estado Jaime Lerner, para que possamos resolver pelo menos em parte, os problemas daquela região.

Temos hoje uma preocupação muito grande, principalmente no setor do vestuário e também da agricultura da nossa região. Notamos que a falta de recursos, a falta de dinheiro em circulação, a falta de crédito que os bancos não estão dando, principalmente aos nossos empresários do vestuário, e também de outras empresas, de outras indústrias, notamos que a situação está caótica, cada vez pior. E a nossa agricultura, nem se fala, estamos em uma região, num terreno, numa terra, ou seja, do arenito, caíuã, e estamos necessitando do apoio do Governo, da Secretaria da Agricultura e muito mais do Ministério da Agricultura, que é o responsável pela agricultura nacional.

Quero dizer aos Senhores Deputados, que na nossa região, temos nesse ano, uma super safra de mandioca, uma super safra de farinha de mandioca, que será industrializada na nossa região, e nós não temos hoje nem local para armazenar essa grande produção, que é a riqueza do nosso querido Brasil, essa é uma das grandes preocupações nossa.

Temos - para conhecimento dos Senhores Parlamentares - na nossa Cidade de Cianorte - grandes armazéns do antigo e extinto IBC, temos mais de quinhentas e trinta mil sacas de café armazenadas, Senhor Presidente, sendo que está apodrecendo, deteriorando aos poucos, e o Governo Federal não toma conhecimento disto. Produtos que já deveriam ter sido exportados ou movimentados, desocupando assim espaço, para que pudéssemos armazenar a nova safra, que está se iniciando agora.

Essa é a grande preocupação e estamos trazendo ao conhecimento dos Deputados, do Governo do Estado, para que possamos, de

um jeito ou de outro, resolver o problema que assola o Noroeste do Paraná.

É isso, Senhor Presidente, é essa uma das nossas preocupações e vamos voltar muitas vezes, denunciando e trazendo ao conhecimento das autoridades competentes, tudo aquilo que a nossa região precisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Senhor Deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pela primeira vez nessa legislatura, venho à tribuna para relembrar algumas passagens da campanha, quando no movimento "Paraná Novos Caminhos", eu - Carlos Simões - estava toda semana na televisão, pedindo voto para o meu candidato, para o meu Governador Jaime Lerner - e o fiz de coração, o fiz por livre e espontânea vontade. Fui na televisão falei sobre a agricultura, sobre a saúde, sobre a educação, mas o assunto mais ventilado, foi a questão dos servidores públicos do Paraná, onde, na véspera das gravações, recebi um texto para ser memorizado e, em cima daquilo, fazer um pronunciamento na televisão, onde o novo governador garantiria aos servidores públicos do Paraná dignidade, o mínimo de condições para se exercer a função de servidor público do Paraná.

Fui na televisão, falei para os quatro cantos do Paraná, ganhamos a eleição. Eu ganhei e ele ganhou o Governo do Paraná. Passada a eleição, os amigos, os companheiros, os Deputados que estavam na campanha, que estavam com Jaime Lerner como companheiros, como amigos, de repente, não éramos mais seus amigos. Os amigos eram outros, não aqueles que amassaram barro, não aqueles que foram em comícios e em campanhas - e eu fiz comício, e eu fiz campanha grande. De repente, a coisa mudou. Os amigos mudaram, o Carlos Simões não era mais o Carlos Simões, outros Deputados não eram mais Deputados.

De repente, observamos que nos gabinetes do Palácio, outros tomaram conta, e nós ficamos de lado. Só que há um detalhe, Governador do Paraná: nós continuamos no rádio na televisão, o nosso trabalho, o debate com associações, com os municípios. O nosso trabalho continua. Somos Parlamentares, e dentro de nossas prerrogativas, vamos exercê-las e executá-las com clareza, aqui na Assembleia Legislativa do Paraná.

Hoje em especial, temos esta mensagem - e coloquei na televisão e nas matérias de jornais - um aumento medíocre: 10%. Eu não daria. Esperaria um mês ou dois a mais para então dar uma satisfação

aos servidores públicos do Estado do Paraná. Não adiantou. Creio que o Jaime Lerner deve estar mal orientado, porque ele é um homem competente, ele é uma pessoa boa. Talvez não todos, mas a maioria da sua equipe está colocando o Governador em maus caminhos, em maus lençóis e aqui na Assembleia constatamos já, algumas vezes, erros primários de mensagens encaminhadas pelo Palácio Iguazu para serem examinadas pelos Senhores Deputados.

Creio então que o Governador estaria mal orientado. Não estão deixando-o fazer um trabalho devido, um trabalho devido, um trabalho digno ao povo do Paraná e também aos senhores servidores públicos do Estado do Paraná. O que falta então é se ajustar e colocar rédeas lá no Palácio Iguazu, colocar comando em seus subordinados. Temos e observamos aí bons Secretários de Estado; citaria o de Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, dentre outros Hermas Brandão, que são pessoas de qualidade, que são ativos, são espertos, tem competência e que comandam as suas Secretarias com tranqüilidade, com legalidade e com moralidade.

Quero deixar hoje aqui, com clareza, a minha posição. Mantenho o meu discurso de campanha. Mantenho a minha postura de campanha e voto com os servidores públicos do Estado do Paraná, pela dignidade, pela moralidade, pela mínima condição de sobrevivência.

Quero deixar bem claro também que não estou aqui numa postura revanchista ao Governador do Paraná, que aliás só ajudei, só colaborei. Estive na sua campanha e fiz praticamente 100 mil votos sozinho, trabalhando. Onde eu ia pedia votos ao Governador Jaime Lerner e tenho tudo isto documentado em fita cassete, porque onde ia levava uma equipe minha de televisão para registrar os eventos onde estava Carlos Simões e o Movimento Paraná Novos Caminhos.

Fiz a minha parte, cumpri minha obrigação, dei minhas idéias, colaborei, ajudei a chegar ao Palácio Iguazu. Se hoje não nos ouve, mas o tempo, gente, é o Senhor das razões. O tempo é sábio e ele vai se adequar porque promessa de campanha não cumprida hoje cai num descrédito rápido e impressionante.

E ainda observavam os jornais desta semana onde o Requião vinha acusando o Jaime Lerner de incompetência ou de maldade em algumas questões e agora falo de coração a vocês, aos meus amigos Deputados: cometemos talvez e eu até tenha cometido o engano de apoiar o Governador Jaime Lerner, mas nos últimos anos em Curitiba temos observado essa briga entre os dois príncipes, entre o Requião Príncipe e o Jaime Lerner Príncipe, porque é a tática

do revesamento no Poder; um sai entra o outro, permanecem os dois no Poder. Ele ou o grupo dele, mandando em Curitiba e agora no Paraná. Sai o Requião indica outro. Sai o Jaime Lerner indica outro e assim permanece.

Será, gente, que em Curitiba, Rosinha que foi candidato a Prefeito, será que só eles são inteligentes, só eles são bons? Não. Eles são mais espertos que nós, são mais astutos que nós, porque não fazem outra coisa se não pensar nisto. Saem do poder, ficam dois ou quatro anos viajando para o mundo inteiro, comendo, bebendo, indo para o Canadá, para Fortaleza, para Nova Iorque e o dinheiro cai de onde? Cai do céu? Será que cai do céu? De onde vem o dinheiro? Como têm essa condição? E ainda, gente, observamos aí os últimos Governadores do Paraná, muitos deles, raras exceções, saem do Palácio Iguazu e não trabalham mais. Prefeitos em Curitiba da mesma forma. Como é que vivem? Pergunto a você, vá viajar para o Canadá, ficar um mês, lá na Suíça um mês, ficam um ano pagando conta, essa é a verdade.

Então, isto precisa ser debatido e esclarecido devidamente junto a sociedade de Curitiba e também do Paraná.

**O Sr. Edson Silva Lino (Pela Ordem)** - Senhor Presidente, concedemos ao nobre Deputado que está na tribuna o Horário do PP.

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)** - Continua com a palavra o Deputado Carlos Simões.

**O SR. CARLOS SIMÕES** - Concedo o aparte ao nobre Deputado Angelo Vanhoni.

**O Sr. Angelo Vanhoni** - Deputado Carlos Simões, quero, antes de mais nada, parabenizar a sua posição que através da tribuna da Assembleia Legislativa, com suas palavras, vai de encontro às esperanças do funcionalismo público do Estado do Paraná. Não somente dos funcionários públicos do Estado do Paraná mas com certeza acho que da população do nosso Estado que espera que os serviços públicos prestados pelo Governo sejam os serviços da mais alta qualidade.

Acompanhamos, no ano passado, quando do período eleitoral, V. Exa. fez referência às posições assumidas pelo atual candidato, hoje Governador, Jaime Lerner, de que o funcionalismo público do Paraná teria sua função dignificada no seu Governo. Alguns questionamentos precisam ser efetuados, na data de hoje. No mês de dezembro, do ano passado, o então Governador Mário Pereira, mandou uma Mensagem à Assembleia Legislativa, propondo alguns



ajustes nas carreiras dos funcionários públicos. Inclusive esta Mensagem comportava reajustes diferenciados, devido as injustiças decorrentes no plano de cargos e salários do funcionalismo do Estado. Se não me engano, Deputado Carlos Simões, o menor índice proposto para janeiro era de 16%.

Naquela oportunidade havia uma discussão, havia uma troca de Governo, a Assembleia Legislativa achou por bem, diante das pressões feitas pelo atual Governo de que a discussão do aumento do funcionalismo ficasse para janeiro e que fosse feito um reajuste linear para todas as categorias, em dezembro. Assim foi feito.

Agora, Deputado Carlos Simões, veja só, é proposto na Mensagem do Governo, sem trazer a luz para a população e nem para os Deputados de que maneira andam os balancetes do atual Governo, em relação as receitas e despesas, propondo um reajuste de 25% para os professores, que congregam mais ou menos 80.000 professores, um reajuste de 15% para a Polícia Militar, que tem mais ou menos 23.000 policiais militares no Estado, e um reajuste de 10% para o conjunto dos funcionários públicos do Estado. Ora, faço o seguinte raciocínio, gostaria que a Liderança do Governo viesse depois à tribuna explicar o porquê destes diferenciais, explicar o porquê dos professores, com quase 100.000 professores, os da ativa e os inativos ultrapassam a 100.000, recebem um percentual de 25%, enquanto a maior parte dos funcionários públicos que têm peso menor, do ponto de vista das despesas, vão receber um reajuste de 10%.

Não vejo lógica do ponto de vista do discurso de contribuir para a dignificação dos serviços públicos do Estado do Paraná. Acho que os Deputados estão surpresos com essa Mensagem, a população está surpresa, mas mais surpresos estão os funcionários públicos do Paraná que hoje recebem os piores salários do Poder Executivo da Federação. A média salarial dos servidores públicos do Estado do Paraná não ultrapassa 180 reais, 10%, Deputado Carlos Simões, sobre 180 reais são 18 reais.

Parabéns pela sua posição, estamos apresentando uma emenda, e como a Assembleia Legislativa está constituída como Comissão Geral vamos solicitar na hora devida que o Plenário da Assembleia, o Plenário da Comissão Geral analise a nossa proposta de que seja estendido ao conjunto dos funcionários públicos do Estado do Paraná a linearidade de 25% no reajuste dos seus funcionários.

Muito obrigado!

O SR. CARLOS SIMÕES - Obrigado.

Da mesma forma já propusemos à Mesa

emenda de aumento linear de 25%. Abaixo o 10% e sim à dignidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez subindo à tribuna desta Casa de Leis, em princípio dizer que estivemos junto com o Deputado Edno Guimarães até o Município de Cianorte, onde participamos de um encontro juntamente com a vice-Governadora do Estado do Paraná. Quero parabenizar o Deputado Edno Guimarães por ter levado esta grande mulher até Cianorte para ver os problemas que estão enfrentando a nossa indústria do Estado do Paraná. Queremos deixar registrado hoje, Srs. Deputados, o Governo Federal pelas desculpas que vem dando de que assumiu um Governo há apenas 60 dias, nada disso existe, o Governo Federal já assumiu há mais de um ano, onde trabalhamos e pedimos voto ao Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, e vemos hoje dois setores da economia deste País indo à falência, que é o setor da produção e industrialização, aonde precisamos dar prioridade para quem produz e gera emprego, as duas maiores economias deste País que fazem este Estado crescer. E estivemos na cidade de Cianorte e ficamos muito entristecidos de ver o grande trabalho que o Prefeito Edno Guimarães fez naquela cidade, e hoje vemos a falta de consideração, de respeito não só com a agricultura que está à beira da falência, a agricultura que sustenta este Estado do Paraná, podemos observar em Cianorte que toda indústria está praticamente falida, onde o Governo precisa injetar dinheiro, injetar dinheiro bom, não esse dinheiro ruim que está acabando com o nosso agricultor que é essa desgraça dessa TR, aonde estamos num País e quero dizer que vemos hoje um Governo que precisa incentivar realmente o nosso agricultor, porque com a produção do agricultor teremos o mantimento para a transformação da matéria-prima nas indústrias. E viemos hoje, Sr. Luiz Carlos Alborghetti, para dizer uma coisa, só no município de Cianorte são mais de 600 indústrias que tem empregos diretos e indiretos, mais de nove mil empregos. E se o Governo não abrir o olho e o Governo do Brasil, são as normas impostas por ele e que se diz que tem um Governo que ainda não sabe a situação do Governo. Claro que sabe, o nosso Presidente assumiu o Governo há meses atrás quando era Ministro da Secretaria, e hoje nós vemos o que ocorre com este País. Se o patrão vai mal o empregado vai mal.

Senhores Deputados, quero pedir ao Presidente desta Casa para que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para entrarmos juntos, para que acabe o que aconteceu com o Estado do Paraná. Hoje só o Governo do Estado do Paraná já perdeu mais de um milhão de reais com o que aconteceu, onde na época, observamos que as terras férteis do Paraná foram inundadas (Itaipu) e que cada um de nós aqui hoje e que cada trabalhador do comércio, da indústria, nosso servidor público que quando vai, no fim do mês pagar a sua energia, além de pagar o que consumiu, paga 25% a mais, energia gerada no Paraná. Por que a energia que é vendida para São Paulo, o povo de São Paulo paga o ICMS e por que o Governo não traz o retorno ao Estado do Paraná?

Tivemos um aperto muito grande e é por isso que nós estamos hoje vendo as grandes dificuldades encontradas pelo Governo do Estado, as grandes dificuldades enfrentadas pelos prefeitos do Paraná e fui prefeito. Levei um baque de 39% com essa lei do governo e precisamos hoje que os Deputados Federais do Paraná, lá no Congresso levanten bem alto o nome do povo do Paraná, o nome do agricultor, do comerciante, do agricultor, dos nossos prefeitos, do funcionalismo público, porque não dá para aceitar, Alborghetti, se São Paulo paga o ICMS, o povo do Paraná paga, por que a energia que foi vendida, não repassam de volta para o Estado do Paraná?

Dizer mais, Senhores Deputados: o exemplo que quero dizer aqui agora, nesta Casa, porque dói dentro do meu coração, porque trago dentro desse braço, a esperança do Executivo, como prefeito e tenho dentro do meu coração, tenho como já disse outro dia, tenho o servidor público, tenho o professor, a indústria, o comércio, o mais simples trabalhador deste Estado do Paraná, pela experiência que trago a esta Casa e dizer uma coisa: só neste mês, só no mês de março, para vocês terem uma idéia, Senhores Deputados, o Governo através do FPM no dia 10.02.95, o coeficiente numa prefeitura municipal de 1.0 recebeu 46 mil Reais de FPM e agora, dia 10 de março, passados 30 dias, vem o coeficiente de 1.0, a prefeitura recebeu 21 mil Reais. Teve prefeito que deu 30% no mês de janeiro e fevereiro e hoje não está podendo pagar a sua folha de pagamento.

Prefeituras fechando suas portas e vemos esse reflexo no Estado do Paraná. Fui prefeito e o que está acontecendo hoje, nesse projeto de lei, aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, do Governo Jaime Lerner.

O Governador Jaime Lerner disse: "me dói no coração porque realmente o funcionário público, quero tratá-lo com dignida-

de, com honradez, porque a vitória do Governo do Paraná é a vitória do nosso trabalhador, é a vitória do funcionalismo público", mas apenas com arrecadação tão fraca, que está usando praticamente 71% da sua arrecadação, fica difícil e o que acontece hoje com o governo, aconteceu na minha administração.

Dei valores diferenciados de aumentos naquela oportunidade e quando dei valores diferentes para o funcionalismo, que foi o professor e trabalhador, mas naquela época, meus funcionários, meus amigos, hoje estou dando um valor diferente para cada um de vocês, daqui a dois meses vão ser recompensados e é isso que vemos no Governo Jaime Lerner.

Hoje temos esse projeto de lei, mas no mês que vem ou no outro, este grande Governador e tenho a certeza, com a sua habilidade, com a sua administração e com a potencialidade do Paraná para o seu desenvolvimento, os nossos funcionários públicos vão ser a vitória deste Estado, deste Governo, junto com os vereadores e junto com o povo do Paraná.

Muito obrigado, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado José Tavares.

O SR. JOSE TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Há quase três meses atrás, ou mais ou menos três meses atrás, estava aqui neste Plenário usando esta Tribuna como Líder do Governador Mário Pereira para fazer a defesa de uma Mensagem que Sua Excelência encaminhava a esta Casa de aumento diferenciado ao conjunto do funcionalismo do nosso Estado, observando-se rigorosamente as condições de caixa e o limite constitucional de 65%. Aquela mensagem era o produto de um estudo levado a efeito por um grupo de técnicos do Governo do Estado que tinha sob a liderança do então Governador Mário Pereira tomado todos os cuidados que um Governo precisa tomar para propor uma mensagem de reajuste diferenciado nos moldes daquela mensagem que aqui era discutida.

Todos sabem que o Governador Mário Pereira tinha sido Secretário da Administração do ex-Governador Álvaro Dias. Trazia portanto ao governo a sua experiência de gestor da política de pessoal do Estado do Paraná numa das épocas mais difíceis: milhares de greves, inflação de 82% e a corrosão diária das finanças públicas e do Orçamento do Estado do Paraná.

Portanto, quando chegou ao Governo do Estado Sua Excelência o que mais queria era, de acordo com as condições de caixa e levando em consideração o limite constitu-

cional, procurar resgatar aquela dívida que ele tinha consciência para com o conjunto do funcionalismo e por isso mesmo presidia todas as reuniões com o Secretário da Fazenda, da administração, com segmentos do funcionalismo e com esta liderança, para poder subscrever uma mensagem que pudesse retratar o mais próximo do resgate de uma dívida que para ele era uma grande injustiça para com o funcionalismo público. E veio para cá esta mensagem: aumento diferenciado sim para alguns na época inconstitucional, a meu ver também inconstitucional, mas na oportunidade o que se justificava não era a questão de ser ou não ser constitucional.

O que se discutia e o que se defendia na oportunidade era o resgate de uma dívida que o Governo do Estado reconhecia ao final da sua gestão. Aumentos diferenciados corrigia distorções salariais dos Tenentes, dos Capitães da nossa Polícia Militar, dos peritos da nossa Polícia Civil, dos técnicos ocupantes de cargo de nível médio do conjunto do funcionalismo do Estado e em torno de 51 mil servidores seriam beneficiados, teriam sido contemplados com aquele aumento diferenciado que começava de 7% e ia até 65%.

E lembro-me como se fosse agora aquela proposta chegava ao percentual de 64,7% nas nossas Receitas Públicas que poderiam ser comprometidas com a folha de pessoal e o limite, e o caixa do Estado tinha exatamente recursos que permitiam chegar a esses índices, Deputado Luiz Carlos Martins, e o que fizemos na oportunidade?

Não submetemos a mensagem de pronto para votação, para discussão e votação deste Plenário. Primeira providência que tomei como líder de governo foi convocar todos os segmentos representantes do funcionalismo que estão aqui e são testemunhas do que estou aqui a afirmar.

Discutimos exaustivamente, discutimos pacientemente, conversamos em nosso gabinete com todos os segmentos e chegamos a um denominador comum. O que lamentamos é que quando fomos votar aquela mensagem, com as alterações mínimas ou até máximas, dependendo da situação, permitidas pela Constituição ou pelo caixa do Tesouro do Estado, a interferência do Governador eleito surgiu no Plenário e com isso a Mensagem foi por água abaixo. Ela não foi aprovada, permaneceu o aumento linear de 16% com a promessa do Governador eleito e ainda não empossado de, assim que assumisse o Governo, corrigir todas estas distorções. Porque o que eu ouvia era que ele ia dar muito mais do que o Governo do PMDB, em final de gestão, estava procurando dar ao funcionalismo.

E o que é que estou vendo agora? Estou vendo uma proposta de aumento linear de

10%, para a maioria dos funcionários públicos, aqueles exatamente que menos ganham!

O que estou assistindo agora? Um aumento diferenciado de 15% para a Polícia Civil e Militar, quando na oportunidade oferecíamos mais, e 25% para o magistério!

Me parece que os 25% é um índice razoável, em que pese sabermos que o magistério tem números e informações que mostram que precisa muito mais para corrigir as perdas salariais. A Polícia Civil e a Militar, essas nem se fala, eles vêm perdendo poder aquisitivo de seus salários há muitos e muitos anos! Em que pese eu ter sido membro dos Governos do PMDB de José Richa e Roberto Requião, em nenhum momento concordei com os aumentos que o meu Governo oferecia, apesar de compreender em razão da situação de caixa e do limite constitucional. Mas para o quadro geral é inadmissível, um Governo que se elegeu com o apoio do funcionalismo, é inadmissível oferecer uns mínguados 10% para o quadro geral do Estado!

Portanto, Senhor Presidente, venho a esta tribuna, como vim várias vezes, na condição de Líder do Governo Mário Pereira, venho propor que esta Casa não vote de afogadilho esta matéria, que convoque as lideranças sindicais, do conjunto do funcionalismo, as associações de classe, para uma discussão mais profunda a respeito desta matéria, para que nós, Deputados, representantes do povo, este Poder, que tem se firmado como Poder autônomo e independente, possam, ao lado dos segmentos representativos do funcionalismo, encontrar uma proposta que seja mais adequada, que seja uma melhor proposta.

Porque percebemos que o Governador Jaime Lerner, um homem que conheço muito pouco, mas percebo que ele é um homem sensível, não creio que ele vá radicalizar, que ele vá fechar as portas para ouvir o conjunto do funcionalismo! E por isso mesmo não acho, não entendo, não compreendo porque tenhamos, devamos votar hoje, em Comissão Geral, esta Mensagem de aumento do funcionalismo.

E para finalizar, comunico à Casa que no cumprimento das minhas atribuições regimentais, de Deputado Estadual, estou propondo uma emenda de aumento linear de 25%, juntamente com vários Senhores Deputados da minha bancada e de outras bancadas, porque entendo que este percentual é pelo menos justo não só para o magistério, mas sobretudo para todo o conjunto do funcionalismo do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que nos traz a tribuna hoje são dois assuntos.

Primeiro: Estivemos neste fim de semana atendendo a um convite da Cidade de Ubiratã e Juranda. Estivemos visitando vários amigos, o Prefeito do PMDB, e também estamos visitando vários líderes daquelas duas cidades, e um dos fatos que nos deixou bastante entristecido e que foi uma reivindicação que me foi feita em público através do rádio, porque estava no ar numa emissora daquela cidade, na Rádio Difusora. Perguntavam-se os senhores eleitores daquela Cidade de Ubiratã, por que é que o asfalto ligando a Cidade de Ubiratã ao Distrito de Olinda até hoje não havia sido feito, entregue à comunidade.

Lembro-me que como radialista já passei por aquela cidade, e lembro-me, Senhores Deputados, que ainda no Governo Álvaro Dias, lá se prometeu, se assinou documentos, se fez uma bela campanha dizendo que o Governo do Estado iria imediatamente iniciar as obras, está documentado isso nas páginas, iria iniciar as obras do asfaltamento ligando Ubiratã e Olinda. Mas já se passaram Governo Álvaro, Governo Requião, e o povo continua comendo pó, os produtores que trazem suas safras passando muitas dificuldades porque não se cumpriu o que se prometeu nas vésperas da eleição. Estou entrando com um requerimento nesta Casa solicitando ao Secretário dos Transportes do Estado do Paraná que nos informe porque é que até hoje só ficou no blá blá e até agora não se fez nada. Se existe esse documento assinado, ou se não existem esses documentos assinados, porque só se fez politicagem, se prometeu aquilo que não se pode dar posteriormente à população.

Então, trago aqui este manifesto na Cidade de Ubiratã, porque lá o Governo prometeu e não cumpriu.

Quanto ao aumento do funcionalismo, ainda em campanha, sempre disse à população que seria um Deputado transparente, e que jamais deixaria de publicamente dar a minha opinião a respeito do que estará sendo votado aqui, e jamais estaria me escondendo por traz de uma cortina, de uma cabina para dizer de que lado voto, pelo menos essa é a nova política que acredito, tem que acontecer no Estado do Paraná.

Quero dizer aqui porque é que voto favorável ao projeto do Governo, diante dos sindicalistas, diante dos Senhores Deputados, diante de toda imprensa do Paraná, voto favorável porque acredito no Governo, porque temos que apoiar o Governo, temos que todos, inclusive aqueles que ameaçam as vaías de acreditar nesse Governador, porque não fazem 100 dias que o Governador

Lerner aí está.

Senhor Presidente, gostaria de concluir dizendo que manifesto meu apoio ao projeto do Governo, porque não adianta, como foi dito anteriormente, é fácil simplesmente chegar e se jogar "fogo no rabo dos outros", num palavreado bem popular. É muito fácil, agora quero ver fazer. Acho que muito mais fácil, Senhor Presidente, Senhores Deputados, sindicatos aqui presentes, acreditar num Governo que tem dois meses, do que num Governo que há oito anos nada fez pelo funcionalismo, e agora quer, com isso, no início do Governo, menos de 100 dias de Governo, querer julgar o Governo, acho muito cedo, acho que nós, companheiros do Governador, amigos do Governador, não amigos politiquinhos, devemos nos posicionar ao lado do Governo, porque lá na frente haveremos de estar certos, porque o que está se propondo agora não é paleativo, é uma coisa que lá na frente vai ser resolvida e o funcionalismo vai ter o que merece, e é isso que acredito, porque votei no Lerner, acredito nele, estou com o Lerner e vou com ele. E, portanto, gostaria de deixar aqui registrado esta minha posição, não a posição escondida na cabina de fugir, de falar bonito aqui e lá fora votar de outro jeito. Prefiro ser vaiaado, mas prefiro colocar as minhas opiniões para que o Paraná saiba.

Obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Passa-se ao Horário das Lideranças.  
Deputado Trevisan com a palavra.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Senhor Presidente, Deputado Aníbal Khury, meus caros companheiros Deputados, Deputado Jocelito Canto, que conseguiu compilar o pensamento que também tenho a respeito das posições que cada um de nós Deputados temos que ter nesta Assembléia Legislativa, num momento de grande responsabilidade como é esse de votação de uma mensagem de aumento salarial para o funcionalismo público deste Estado.

A decisão tomada por muitos de nós de sermos elementos componentes da bancada de apoio ao Governo do Estado, traz como consequência, duas medidas imediatas: por um lado nós "desfrutamos" das delícias de sermos governo e por outro lado, temos que suportar o ônus de sermos governo. Não podemos, e assim penso realmente, depois da minha passagem por uma prefeitura enfrentando várias eleições, que a população não aceita homens públicos indecisos: ou o homem público assume uma posição de situação e assume os riscos e as responsabilidades disso, ou ele assume uma posição de oposição e também assume as responsabilidades e os riscos dessa sua posição.

Assumi a posição de situação. Faço parte da bancada que dá apoio ao Governo do Estado e é por isso que nesse momento digo que votarei de acordo com a mensagem do Governo do Estado que propõe o aumento diferenciado para o funcionalismo público do Estado do Paraná e voto até no crédito de confiança ao Governo que ora se inicia. Nenhum governo, em dois meses e meio, consegue estabelecer uma programação de reestruturação do funcionalismo público estadual que seja duradoura.

Há uma parte do funcionalismo que está satisfeita com o aumento e outra que talvez, pela natureza de todos nós brasileiros, pelo imediatismo que temos na busca de soluções dos problemas que nos afligem, pensamos que rapidamente conseguimos enfrentar e solucionar todos os problemas que nos atingem. Também sou assim e isso é da natureza do cidadão brasileiro, mas temos que, nesse momento, entender que o Governo está iniciando um processo. Ele vai buscar, a partir de agora, e nós todos, Deputados, vamos estar ao lado do Governo, junto com o funcionalismo, nesse objetivo. Ele vai buscar iniciar uma caminhada de profissionalização do serviço público, implantação de planos e cargos, carreiras e salários para todas as classes de todos os setores do funcionalismo público estadual, para chegarmos a uma situação em que o funcionalismo público seja mais respeitado, melhor preparado e possa prestar um serviço melhor à comunidade.

A um segmento do funcionalismo, diria as seguintes palavras: não pensem de maneira alguma, que vocês estão sendo preteridos por parte do Governo. O Governo do Paraná é um dos únicos do Brasil que está concedendo aumento neste momento. Estamos na iminência de assistirmos ao aumento do salário mínimo. Esse será o momento em que todos os Governos Estaduais da República Federativa do Brasil vão conceder os seus aumentos salariais ao funcionalismo. O Governo do Paraná se antecipou: concedeu esse aumento diferenciado, sabendo que daqui a alguns dias vai ter que conceder outro.

Por isso que peço aos funcionários que tenham confiança no governo. Saibam que o governo está começando uma caminhada e os números ele já apresentou. A arrecadação foi algo em torno de 190 milhões de reais e a parte disto foi convertida com despesas com funcionários foi 73,30% de toda a receita do Estado. Para o mês de março há uma projeção de arrecadação de 230 milhões de reais e há com este aumento a expectativa de que o Estado gaste mais de 68% de toda a sua receita com o funcionalismo.

0 Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Permite um aparte, Deputado?  
(Assentimento)

Queria, na verdade, dizer que os argumentos que Vossa Excelência usa sobre a receita, não são argumentos que sirvam de parâmetro para estabelecimento de valores a serem pagos aos servidores públicos estaduais.

Na verdade, a receita do mês de fevereiro é uma receita que sempre tipicamente é inferior à receita de todos os outros meses, por ser um mês que há apenas 16 dias úteis e que os contribuintes recolhem os seus impostos.

Por isso os números que o senhor tem em mãos e que foram passados pelo Governo são números que não retratam a realidade do Caixa do Tesouro, porque o Governo pode e deve dar o reajuste linear de 25% para o conjunto dos servidores públicos, porque não podem ser os policiais e o conjunto dos servidores públicos estaduais discriminados pela falácia de se mostrar números que não refletem a verdadeira receita que tem o Governador Jaime Lerner. Aliás, o Governo Lerner tem 30% a mais de receita nesses meses de Governo do que tiveram os oito anos de governo do PMDB.

Por isso, chegou a hora do Governador reparar as injustiças salariais e reajustar linearmente os salários dos servidores públicos estaduais.

Meus parabéns a Vossa Excelência, que como bem disse o Deputado Nelson Justus: tem a coragem de ir a essa tribuna e defender uma proposta tão injusta quanto é o reajuste diferenciado de salários.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Deputado, muito obrigado pelo aparte, e de qualquer forma não considero injusta a proposta. Considero o início de um processo de reconstrução do serviço público estadual, os números que me foram passados são verdadeiros. De maneira alguma a Secretaria de Finanças passaria uma vírgula que não fosse verdadeira. Os números que passei aqui de arrecadação e de despesas, o comprometimento de arrecadação com o funcionalismo são verdadeiros. Considero a proposta justa e sejamos francos, todos que estamos aqui pertencemos a partidos políticos que já ocuparam cargos no Executivo, em Prefeituras e em Governos Estaduais, até mesmo o PP que é um partido que possui quadros extraordinários, já ocupou realmente cargos no Executivo e não conseguiu solucionar todas as demandas existentes por parte do funcionalismo público, porque quando o partido ou homem assume esse cargo, ele encontra, ele se depara com a realidade, ele confronta o seu sonho, o seu desejo, com a realidade e os limites do Poder Público. Existem limites de caixa, existem limites constitucionais que hoje são de 65% da arrecadação total que pode

ser comprometido com o funcionalismo, mas já está mudando em lei complementar para 60% da arrecadação total.

Então, quando o partido ou o homem se defronta com a realidade, ele tem que obedecer esses limites, tem que respeitar a lei e tem que cumprir o que ela determina. O Governo Jaime Lerner está iniciando, esta é a primeira proposta para se iniciar a reconstrução do serviço público e fique o alerta a nós Deputados, desde que me conheço por gente, o setor público do País está reivindicando, está cobrando numa demonstração de que alguma coisa precisa ser feita para se reestruturar o serviço público. Ele precisa ser profissionalizado, a estabilidade no serviço público precisa acabar, precisa ser implantado o plano de cargos e salários, o Estado tem que diminuir, privatizar serviços e terceirizar, porque senão, daqui a 30 anos a gente vai estar aqui ainda discutindo salários de funcionalismo.

O Brasil precisa mudar. O corporativismo não pode mais tomar conta deste país. A proposta do Governador é a primeira para iniciar uma reconstrução e temos que buscar compatibilizar o interesse do funcionalismo legítimo com os limites de caixa do Governo. Enfim, a proposta é constitucional, respeita de cima a baixo a Constituição e toda a legislação subordinada à nossa Carta Magna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Gostaria, antes da votação dessa mensagem governamental de ouvir os Partidos do Governo, da Liderança do Governo, uma justificativa com relação ao artigo 7º do Projeto de Lei.

Ouvi os nobres Deputados da Bancada governista, num esforço de tentar justificar a impossibilidade de caixa para dar aumentos melhores aos servidores do quadro geral do nosso Estado. Servidores que representam, aproximadamente, 30% apenas dos servidores estaduais e que têm os melhores salários.

Mas quero, neste instante, dar um enfoque, nobres Deputados, para que seja alvo de discussões no encaminhamento dessas discussões. O Artigo 7º da Mensagem governamental que propõe aumentos diferenciados, diz:

(Lê)

Art. 7º - Para fins do inciso XI do Artigo 27 da Constituição Estadual e artigo 1º da Lei nº 10.331, de 09 de junho de 1993, o limite máximo a ser pago aos ser-

vidores do Estado não poderá exceder a 20 (vinte) vezes o menor vencimento básico do Quadro Geral do Estado para uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais, excluídos o adicional por tempo de serviço até o limite de 35% e as vantagens decorrentes do cargo em comissão.

Chamo a atenção, Senhores Deputados, essa é uma inovação do projeto, o limite de não poder ter mais de 20% entre o maior e o menor salário, pela Mensagem que estamos votando, exclui o adicional até o limite de 35% e as vantagens decorrentes de cargos em Comissão.

E no Artigo 8º diz que esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos para 1º de março de 95, ficando revogados o Artigo 2º da Lei 10.331 e o § 2º do Artigo 2º da Lei 10.969, de 23 de dezembro.

Pois bem, vamos analisar o que essas leis diziam. A Lei 10.331, no seu Artigo 2º, ela diz que a maior remuneração não poderá exceder a 20 vezes a remuneração mínima estipulada para o nível adicional inicial do quadro dos servidores do Poder Executivo, com jornada de 40 horas, sem ressalva de qualquer natureza.

Na mensagem já estamos lendo excluindo os 35% e mais as vantagens decorrentes do cargo em Comissão. Na Mensagem mandada para a Assembléia, da mesma forma está revogando o § 2º do Artigo 2º da Lei 10.969. Este parágrafo diz o seguinte: Para efeito do cálculo do limitador de que trata o § 1º da Lei 10.331, o limite máximo a ser pago ao servidor do Estado não poderá ultrapassar a remuneração de Secretário, acrescida de 35%. Está se revogando isso também, em outras palavras, está se derrubando o limitador, está se armando aumento para o servidor mais bem pago do Estado, está se arrochando os menores salários do Estado. Enquanto vêm aqui Parlamentares para ler a arrecadação do mês e mostrar que estamos extrapolando o limite de 65% constitucionais, é bom que se diga, é na média do ano os 65%, não o mês. Segundo lugar: as medidas que apreciamos nesta Casa, até agora, que diz respeito aos servidores públicos foram só duas. Uma criando 417 cargos em Comissão, dos quais de 60% é cargo DAS, e essa que procura derrubar no seu artigo 7º e 8º o delimitador dos maiores salários do Paraná, e em cima disso vem falar em recuperar salário dos servidores do quadro geral do Paraná. Vamos discutir com clareza o que pretendemos como política salarial.

Foi buscado exatamente que tivéssemos no máximo 20% de diferença salarial como forma de preparar a possibilidade de fazermos um plano de cargos e salários no Estado do Paraná. Se distanciarmos cada vez mais o salário dos servidores nunca



poderemos incluir e votar esse projeto de cargos e salários para os nossos servidores.

Acho Senhores Parlamentares que não seria, em hipótese alguma falso demagógico para exigir do Estado que gastasse mais do que pode com seu orçamento para servidor. Mas tenho notado na diretriz dada aos aumentos que está se penalizando a classe que mais necessita, quando foi encaminhada a esta Casa, uma mensagem diferenciada aos cargos de nível superior, todo o discurso foi o mesmo que se ouviu aqui, de que a primeira mensagem do novo Governo seria de trazer justiça ao servidor. No entanto hoje, no quadro geral, encontra-se o pior salário pago ao servidor do Estado do Paraná não poderia ser diferente.

Mas o que acho estranho, eu mesmo até hoje de manhã, Senhores Deputados, só pensando na questão do aumento diferenciado de 25% aos professores, 15% aos policiais militar, 10% ao quadro geral, não tinha percebido da gravidade do artigo 7º e 8º, porque termina, nobres Parlamentares, com o redutor salarial das categorias que mais ganham neste Estado. E aí com o que vai acontecer é que chegaremos 70% da capacidade do Estado de pagar os servidores, mas não para todos os servidores, apenas para uma casta mais bem paga que pode suportar o ônus do momento que vivemos.

Fica aqui um apelo Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, para que não votemos no afogadilho, para que tenhamos uma justificativa condizente por parte da liderança do Governo com relação ao artigo 7º e 8º para que nos prove de que isso não vai gerar aumento na despesa gasta com o pessoal, que nos mostrem que essa mensagem é o limite da capacidade do Estado.

Não acredito nisso, não atingimos 70%, o Deputado Romanelli num aparte mostrou com clareza, o mês de fevereiro não pode ser parâmetro para o 65% constitucional porque é o mês de pior arrecadação do Estado. É a média do ano que vai valer ao 65%, mas se não for, nós precisamos começar a recuperar o salário do quadro geral sob pena, Senhores Deputados de jamais termos um plano de cargos e salários porque com o artigo 7º e 8º desta lei daqui há pouco estaremos com 30, 40 vezes maior o maior salário com relação ao menor e sempre em prejuízo daqueles que mais trabalham que pertencem às categorias menor remuneradas do servidor público e, consequentemente com uma dificuldade maior de subsistência. Não podemos esquecer que profissionais como médicos, advogados, le-gistas, agrônomos, veterinários, todos eles fazem parte do plano geral, e todos estão com salários aviltados que precisam ser recuperados.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra o PSC, Deputado Emerson Nerone.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, Senhores Deputados, senhores servidores, membros da corporação do funcionalismo público, corporação essa criticada por um Deputado que anteriormente fez uso desta Tribuna.

Queria apenas lembrar ao nobre Deputado Trevisan, amigo de debates, que em qualquer situação onde houver duas ou três pessoas trabalhando num determinado ramo essas pessoas se unirão numa corporação de forma a defender seus interesses, de forma a defender a sua classe, isso é inerente a qualquer cargo, não só ao servidor público, como a qualquer cargo que a natureza humana cria ou qualquer serviço que a natureza humana cria.

O Sr. Dr. Rosinha - Inclusive os banqueiros.

O SR. EMERSON NERONE - Nobre Deputado, gostaria de fazer um comentário, já que foi cortada a manifestação dos servidores e parabenizar o Deputado Jocelito Canto quando se referiu na tribuna e colocou a sua posição, e ao Deputado Trevisan quando colocaram a posição claramente do seu partido, mas ao Deputado Jocelito quando diz que os servidores que aqui estão, defendem o governo anterior, em contrapartida se contrapõem ao governo do Governador Jaime Lerner.

Gostaria apenas de falar e acho que a Ana e companheiros que a gente está vendo aqui de cima, são companheiros que nunca defenderam o Governador Jaime Lerner, não. São companheiros que muitas vezes funcionaram contra e fizeram campanha contra o Governo Requião, exatamente pela posição, pela política salarial e daqui a pouco vou apresentar números, do Governo Requião, mas nunca foram adeptos do Governador Jaime Lerner, aliás, o que o Deputado Caíto apresentou nesta tribuna e quero parabenizar o Deputado Caíto Quintana, porque ele roubou a minha fala, quando disse do artigo 7º do projeto que a gente está em vias de votar, cria uma casta, uma elite, uma corporação que poderá perceber, a partir de agora, perceber salários muito mais aviltantes, muito maiores do que a base do funcionalismo.

Então, enquanto uma corporação vem aqui defender os seus direitos e pedir igualdade de manifestação, igualdade na lei que vai ser aplicada, eles pedem também e essa casta, essa elite que vem ocupando os principais cargos do Governo Jaime Lerner não possam perceber salários su-

periores a 20 vezes. Na França o maior salário de servidor é 5 vezes o salário menor. Nós, por causa da situação brasileira, aceitamos que o menor salário e o maior salário se diferenciem em 20 vezes e esse projeto exclui isso e poderá aumentar assim como se pronunciou o Deputado Caíto Quitana, para 30, 40, 50 vezes. Aliás, não é novidade na política de Jaime Lerner. O Governador Jaime Lerner, quando prefeito de Curitiba adotou essa mesma prática: diferenciou sobremaneira sua política salarial dos servidores de base, aqueles que trabalham efetivamente no pesado, diferenciou e aumentou sobremaneira os seus secretários e o salário das pessoas que estão próximas, ao invés de criar condições para que todos tivessem uma diferenciação pelas funções sim, mas justa.

Eu quero citar aqui o caso, para exemplificar, o que vai acontecer com isso: o ex-secretário do Meio Ambiente, Vitorio Seratiuk, servidor ganhava, no período, em torno de R\$ 1.600,00 e a função gratificada que ele fazia como Secretário, lhe dava um aumento de algo em torno de R\$ 1.400,00 só que 20 vezes o menor salário do Estado dava naquele período, um salário de R\$ 1.800,00. Portanto, não podia somar o R\$ 1.600,00 enquanto funcionário, com R\$ 1.400,00 enquanto Secretário. Ele não poderia ganhar R\$ 3.000,00. O Vitorio Seratiuk tinha esse diferencial, sofria por essa emenda e ganhava "apenas" 20 vezes o que o menor salário do Estado recebia, isto é, ele passava a receber o teto de R\$ 1.800,00 em vez de R\$ 3.000,00.

Gostaria de colocar aqui dados do DIEESE fornecidos por pedidos da Bancada do PT, onde mostra um comparativo de salários, levando-se em conta que em dezembro de 1990 havia se zerado todas as perdas e com o novo governo Requião haveria uma recuperação. Era essa a idéia que se fazia do governo Requião naquele período. Se nós pegarmos os índices de reajustes devidos, computados pelo DIEESE, nós perceberemos que de janeiro de 1991 até março de 1995 havia necessidade de haver um reajuste de 3.193.346%, obviamente este índice acumulado. O índice pago pelo Governo Requião até agora dado pelo Governo Lerner, nenhum, fazem então com que, de acordo com o DIEESE, de janeiro de 91 a março de 95 haja uma perda de 58,47% dos ganhos reais do funcionalismo público do Estado do Paraná.

Nós nos unimos aqui à bancada que apóia o Governador Jaime Lerner, quando entendemos que não é possível recuperar perdas salariais de 12, 14, 16 anos, em três meses, não é possível, é inaceitável de fato, ninguém consegue fazer isto. Mas nós queremos e pedimos isto, a compreensão do Governo Jaime Lerner e da bancada que o apóia, que ao menos tenhamos um trato

igual ao menor e ao maior salário neste Estado e façamos uma proposta concreta de aumentos mês a mês de forma a termos num período xis uma volta a pelo menos as condições de janeiro de 91. Eu me lembro quando começou a Prefeitura do PMDB de Maringá, Dr. Saíd Ferreira, que tínhamos uma perda salarial monstruosa e propomos um aumento ao funcionalismo de forma a termos num período de um ano e alguns meses uma readequação, quer dizer, voltar a índices de 5, 6 anos atrás. Hoje Maringá tem o segundo piso salarial do Estado do Paraná. O Governo do município de Maringá conseguiu esta recuperação. Aliás, eu parabenizava a bancada do PMDB na minha última fala na Tribuna, como Vereador de Maringá e lembrava a eles a importância do PMDB ter o segundo piso salarial do Estado do Paraná e obviamente lembrava que isto também, uma das razões disto é que o PT só tem uma administração no Paraná e o Governo municipal do Cheida em Londrina, tem o maior piso salarial do Estado do Paraná.

Tem o aparte o nobre Deputado Trevisan.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Está esgotado o tempo de V.Exa. Concedo mais dois minutos para o aparte.

O Sr. Eduardo Trevisan (Aparte) - Deputado Emerson, algumas considerações a respeito do que V.Exa. está falando: o Estado tem pressa e precisa fazer a folha para os servidores receberem no final do mês. O Governo Federal implantou medidas recessivas que vão diminuir a atividade da economia e que vão trazer como resultado uma diminuição na arrecadação do Estado.

O artigo 7º, parece-me que está havendo uma confusão: na verdade essa limitação do teto máximo em 20 vezes o menor vencimento, muito ao contrário de estabelecer a uma casta de privilegiados, ela estabelece um limite menor do que hoje está ocorrendo com o funcionalismo. Esse artigo 7º corre até o risco de ser inconstitucional por diminuição salarial, e a Constituição veda isto.

Pessoal de nível superior houve um aumento para 150 reais de gratificação; as Universidades, 10% para professores e para todo o funcionalismo numa demonstração de que está na hora de nós resgatarmos a autonomia universitária. Por fim DIEESE, eu fui Prefeito e convivi de perto com o sindicato aliado ao DIEESE. O Dieese eu já gastava 60% da minha arrecadação com a folha e o Dieese trazia dados de que as perdas eram algo em torno de 200%. Aí o Diretor do Dieese, Valter Barelli, virou Ministro do Trabalho. Falei, bom agora está resolvido. Salário Mínimo vai para quinhentos reais como ele dizia que tinha que



ser o salário mínimo no Brasil e está resolvido o problema salarial porque ele está há quinze anos falando de perdas e auxiliando os sindicatos para cobrar as perdas e agora virou Ministro do Trabalho, ele agora tem poder para isto e quando ele saiu o salário mínimo era o pior da história do Brasil. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. EMERSON NERONE - Eu só gostaria de lembrar que Valter Barelli tucanou e apoiou um Governo reacionário de uma coligação reacionária e a partir disto o Brasil entrou neste sonho chamado real que vai fazer com que as perdas se avulsem mais e mais.

Gostaria de lembrar, nobre Deputado Trevisan, eu acho que está existindo algum erro entre a gente, de entendimento. Esse artigo aqui, o 7º ele tira, ele diz aqui, que a partir de agora excluem-se desse teto de 20 salários, do menor salário, exclui-se disso as vantagens decorrentes de cargos de Comissão. Aí você cria a casta dos cargos de comissão que passarão a receber salários que o Governador bem o desejar. Assim como era a política no Governo de Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Spada, no Horário do PP.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos analisando o anteprojeto de Lei 52/95, exatamente o Projeto de Lei que prevê o aumento de 10% para o funcionalismo em geral, 15% para os policiais civis e militares e 25% para o magistério, 1º e 2º grau. Muito embora o PP não tenha se reunido para discutir, a nível de Bancada essa questão, esta Liderança faz questão de registrar a sua posição. A história mostra que um dos políticos mais notáveis do Paraná que fez uma extraordinária administração no seu Governo, em todos os sentidos, em termos de realização de obras, de moralidade da administração pública, em termos de investimentos de modo geral, pagou um altíssimo preço porque por dificuldades, ou má vontade, não vem ao caso discutir isso agora, não concedeu o reajuste necessário e justo para o funcionalismo de modo geral, e particularmente para os professores. Eu me refiro ao ex-Governador, candidato derrotado na eleição de outubro passado, Alvaro Dias. Pagou caro! Pagou um alto preço, pagou com, talvez, a própria carreira política o fato de não ter se sensibilizado para esta categoria de trabalhadores do Estado do Paraná que são os funcionários públicos, e particularmente com os professores e o pessoal que atua na

área de Segurança, Polícia Civil e Militar.

Preocupados com esta questão e para que a história não se repita é que estamos aqui, até com o intuito de alertar o Governador Jaime Lerner, que ganhou a eleição, e é bom que se diga, com um trabalho muito forte do servidor público contra Alvaro Dias, conseqüentemente a favor de Jaime Lerner, porque a eleição foi polarizada.

Todo professor, com raríssimas exceções transformou-se em verdadeiro cabo eleitoral do Governador que aí está, o mesmo acontecendo com funcionários da área de Segurança, policiais militares, principalmente policiais civis. A promessa, feita durante a campanha é de que o salário do professor seria reajustado pelo menos 100%, nos 90 primeiros dias de Governo do Governador que aí está.

Vemos com preocupação, em primeiro lugar que o aumento que está sendo proposto, muito embora existam justificações políticas e técnicas para essa proposição, que está sendo defendida pela Bancada que dá sustentação ao Governo, nós entendemos que este reajuste de 25% é muito pouco, em função da defasagem do salário e da expectativa que se criou no professorado do Paraná em relação ao aumento de seu salário.

25% é muito pouco! É muito pouco pois que já decorreram 80 dias do atual governo. Mas se para os professores 25% é pouco, para os demais funcionários está sendo proposto um aumento ridículo, funcionários do DR, por exemplo, instituição, órgão público, autarquia a qual teve a honra e o privilégio de ser Dir. Administrativo quem ganha 113 reais por mês vai ter um reajuste de apenas 10%, quer dizer, de 113, mais 10% ele vai para 123, numa inflação como está sendo divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, DIEESE e outros órgãos de 2.5, 2. ao mês, quer dizer, não repõe sequer as perdas que ocorreram nos últimos meses no salário desse funcionalismo. Engenheiro do DR, é claro que não é culpa desse Governo e nem responsabilidade desse Governo resolver o problema salarial do funcionalismo público, mas se começar mal, com má vontade não vai se resolver o problema do funcionalismo público como de fato foi proposto durante a campanha. Engenheiro do DR com mais de ... quilômetros de estradas fiscalizadas pelo seu trabalho profissional, com mais de 20 anos de profissão hoje ganha exatamente 800 reais por mês, é um salário ridículo para um profissional com essa experiência e com essa formação. Se se propõe só 25% para os professores, se propõe ainda muito menos para os funcionários de modo geral e o pessoal da polícia civil e militar. É isso que nos preocupa

no presente momento.

Concedo aparte ao Deputado Romanelli.

**Sr. Luiz Cláudio Romanelli** - Deputado, ouço sua preocupação nesta tarde, que com muita propriedade o Senhor aborda as questões mais importantes que temos a discutir nesta Casa que é o resgate da valorização do servidor público deste Estado. E surpreendo-me ao ouvir os membros da bancada de sustentação do Governo utilizarem um argumento que é do próprio Governador que vai à televisão e diz que precisa de mais tempo para reparar as injustiças que o Governo do PMDB fez contra os servidores públicos estaduais.

Ora, Senhores Deputados, Senhor Sérgio Spada, temos que analisar a situação econômico-financeira do nosso Paraná e se conclui que esse Governo tem, talvez, a situação mais invejada da história do nosso Estado. Porque tem a melhor situação? Porque é um Estado que tem um quadro de servidores enxutos, que tem uma dívida interna e externa extremamente bem equacionada no valor dela que é um bilhão e trezentos milhões de reais, e ao mesmo tempo é um Estado que tem essa dívida que foi renegociada no ano passado com um perfil extremamente favorável. Não temos credores, sejam eles empreiteiros ou fornecedores do Estado batendo as portas das Secretarias e dos órgãos estaduais. O nosso banco está numa situação privilegiada, as nossas companhias idem.

Ora, então porque é que o Governo que tem pela primeira vez na sua história 30% a mais de receita do que tiveram nos últimos oito anos, ou doze anos de governos do PMDB, não pode esse Governo conceder agora um reajuste salarial. Não pode porque diz que não tem receita. Ora, então na campanha eleitoral, as promessas que fez de duplicar o salário dos professores e dos servidores era uma proposta demagógica. Acho que o Governo tem que ter a responsabilidade de aprovar, no mínimo um reajuste linear de 25%, e dar já uma política salarial que recomponha o salário dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Meus parabéns, Deputado Sérgio Spada porque o Senhor está alertando. O Artigo 7º de fato cria uma casta de privilegiados, ao contrário do que disse o Deputado Trevisan, são servidores que estarão acima do bem e do mal porque para esses não haverá salário baixo, haverá sim, principalmente para os Secretários de Estado e cargos de primeiro escalão, salário de primeiro mundo.

Muito obrigado!

O SR. SÉRGIO SPADA - Agradeço as palavras do Deputado Romanelli.

Outra questão que nos preocupa, data

vênia, nobre Deputado Eduardo Trevisan, o Artigo 7º realmente vai criar condições para que se realmente aumente as vantagens dos funcionários que ocupam cargo em comissão, porque o Artigo 7º prevê a exclusão, excluído o adicional por tempo de serviço, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) e as vantagens decorrentes do cargo em Comissão.

Para finalizar o encaminhamento do meu pronunciamento, o PP para dar uma demonstração mais uma vez, de boa vontade com este governo que está iniciando, não vai se colocar intransigentemente contra esse projeto de lei que aqui está, mas vai defender o reajuste linear de 25% (vinte e cinco por cento) para todos os servidores do Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Sérgio Spada, na qualidade de Líder do P.P., constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado como representante do PP, junto à Comissão Parlamentar de Inquérito, que analisará irregularidades junto ao Porto de Paranaguá. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 597/95, subscrito, pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que reajusta em 10% (dez por cento) as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal, a partir de 01 de março do corrente ano. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, devidamente apoiado, constante do expediente. **A Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente, necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/95, que reajusta a partir de 1º de março de 1995, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares e os salários do pessoal regido pela C.L.T. do Poder Executivo. SEM PARECERES. (Publ. D.A. nº 16, de 16.03.95, Mens.)

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra para o relator, Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS (LE): - "Senhores Deputados.

Recebi do Presidente desta Casa, o Deputado Aníbal Khury, a incumbência de relatar a mensagem do Executivo Paranaense, que nos envia o Anteprojeto de Lei nº 52/95, o qual objetiva reajustar, a partir de 1º de março de 1995, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares ativos e inativos, e os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.

É bom salientar que não se trata de uma mensagem que solicita autorização de aumento de impostos, e que onera mais ainda as despesas de nossos cidadãos.

Não é também uma mensagem para obter autorização de empréstimos, gravando mais o Tesouro do Estado.

A medida, constante do plano de lei que está sendo submetido a esta Assembleia, é o resultado de estudos executados pelas Secretarias da Administração, da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Geral e do Governo, dentro dos parâmetros permitidos pela previsão orçamentária de receita do Estado, para os próximos meses.

Além de modificar os valores das gratificações de produtividade de regência de classe e salário-família, o plano estabelece que os níveis de vencimentos do Magistério Público Estadual ficam reajustados em 25%. Os soldos dos integrantes da Polícia Militar e o vencimento básico dos integrantes da Polícia Civil têm o reajuste de 15% e às demais categorias, atribuiu o reajuste em 10%.

Tal anteprojeto transformou-se no Projeto de Lei nº 52/95. Nos termos do inciso I do Artigo 66 da Constituição do Estado, a matéria é de competência privativa do Governador do Estado; portanto, quanto à origem do projeto, ele tem a sua constitucionalidade.

A diferença de percentuais inseridos no projeto de lei, traz à baila a questão do princípio da igualdade, entendendo al-

guns que ante este, o percentual para reajuste dos funcionários, só pode ser linear, ou seja, um só percentual para todas as categorias, cargos e etc.

A Constituição Federal, no 'caput' do artigo 5º expressa que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, levando a apressada interpretação na sua literalidade, definir que a lei deve tratar todos iguais sem levar em conta as distinções entre os grupos.

Ora, a interpretação da Carta Magna não deve ser feita de maneira tão estreita, sob pena de perpetuar alguns privilégios. Portanto, o princípio tem como destinatário tanto o legislador como os aplicadores da lei. O princípio significa segundo Seabra Fagundes, que ao elaborar a lei deve leger com iguais disposições os mesmos ônus e vantagens, situações idênticas e reciprocamente distinguir na repartição de encargos e benefícios as situações que sejam entre si distintas, de sorte a aquinhoá-las ou agravá-las, em proporção às suas diversidades. Mas como já vimos o princípio não pode ser entendido no sentido individualista, que não leve em conta diferenças entre grupos. Quando se diz que o legislador não pode distinguir, isto não significa que a lei deva tratar todos abastadamente iguais, pois o tratamento igual não se dirige a pessoas integralmente iguais entre si, mas àquelas que são iguais sob os aspectos tomados em considerações pela norma, o que implica que os iguais podem diferir em alguns aspectos ignorados ou considerados irrelevantes pelo legislador.

Neste sentido para lembrar que os conceitos de igualdade e desigualdade são relativos, impõe a confrontação e o contraste entre duas situações pelo que, onde uma só existe não é possível indagar, o tratamento igual ou discriminatório. Fica manifesto que não há no plano de lei qualquer agressão ao constante nas leis fundamentais, ao contrário, buscou-se realizar o princípio sob o aspecto econômico, tutelando categorias tratadas injustamente em relação às suas atribuições e prementes as necessidades da sociedade, como bem salienta Pontes de Miranda: 'A desigualdade econômica não é de modo nenhum desigualdade de fato e sim resultante em parte de desigualdades artificiais ou desigualdades de fatos, mais desigualdades econômicas mantidas por lei.'

Antes, ou melhor, ainda as leis também têm que obedecer o princípio constitucional previsto no seu inciso XIII, do artigo 5º da Lei Maior, que diz: que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício e profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Ora, no caso os estatutos das catego-

rias são diferentes. As funções e atribuições são diversas. Enfim, não existe, efetivamente, uma igualdade de todos os servidores, portanto, seria ignorância inconstitucional definir tratamentos idênticos a todos, sem constatar que na realidade está havendo uma completa injustiça.

Portanto, o plano de lei trata igualmente os iguais, atendendo o princípio da isonomia.

Quanto à categoria dos policiais é voz corrente a necessidade de aparelhar o setor e os policiais com equipamentos mais consentâneos com os problemas de Segurança Pública, hoje verdadeiras questões sociais. A eficiência para determinar a eficácia policial, antes de tudo, exige maiores salários. Isso está sendo feito, ante o clamor público.

No que se refere ao magistério estadual, desnecessário seria determinar o mérito contido no Projeto de Lei nº 52/95, porque mesmo não sendo o vencimento que está a merecer, só o tratamento especial à categoria dos professores faz com que passemos a acreditar que Novos Tempos estão chegando, pois somos sabedores de que qualquer sociedade possa vir a atender o bem comum sem antes ter o professor como atividade que tenha a mais alta remuneração e receba os melhores vencimentos, porque o mestre deve ser o melhor dos profissionais!

Os exemplos do afirmado são do conhecimento de todos.

Portanto a diferenciação de percentuais assinalados no projeto de lei, ao contrário do que argumentam alguns, está assentado nos princípios de ordem constitucional e muito mais, traz pelo menos, uma clara intenção de justiça.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é uma preocupação constante do Governo para com aqueles que servem o nosso Estado, buscando um critério de justiça, assegurar ao funcionalismo civil e militar níveis de remuneração mais atualizados.

Ninguém ignora que mesmo aprovados os reajustes, os salários ficarão muito aquém do necessário, bem aquém das necessidades indispensáveis do funcionalismo. Sabemos que os rendimentos, mesmo após o reajuste serão irrisórios, face ao custo de vida que hoje enfrentamos.

E contra este fato, não temos argumento.

No entanto, na própria mensagem que o Governador nos envia, ele mesmo nos diz ser este UM PRIMEIRO PASSO, um primeiro ato para corrigir as distorções que existem.

Neste anteprojeto de lei, existe um tratamento diferenciado para as diversas classes.

Assim, o Magistério Público de 1º e 2º

graus ficam reajustados em 25%;

O soldo dos integrantes da Polícia Militar e o vencimento básico dos integrantes da Polícia Civil ficam reajustados em 15%;

E os níveis de vencimentos dos cargos efetivos e em comissão, as funções gratificadas dos serviços civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela CLT, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, ficam reajustados em 10%.

Por que este tratamento diferenciado?

Porque se trata apenas do PRIMEIRO PASSO, na tentativa e num esforço para a implantação de uma justa política salarial em nosso Estado.

Senhores Deputados!

Acredito firmemente no que vou dizer, e estou certo de que todos os meus dignos companheiros desta Casa irão concordar comigo! Não é hora para demagogia! O momento é de verdade! Somos submetidos pelo poder, à produção da Verdade, e só podemos executá-lo através da produção da verdade! Não há possibilidade de exercer um justo poder, sem produzir a verdade! E a verdade é a seguinte: as possibilidades máximas do Governo, estão traduzidas nesta Mensagem! Gostaríamos que os reajustes fossem muito mais amplos, para o bem de nossa gente. Mas, tomem nota: não é o que tem que ser feito, mas o que pode ser feito! Esta é a verdade!

...

Desafio, aqui desta tribuna, a qualquer pai de família, que não tenha tido sua divergência financeira, ou com sua esposa, ou com seus filhos. Sua vontade seria atender de pronto as justas reivindicações de seus familiares. Mas a verdade é a seguinte: sua conta bancária não o permite! Se houver compreensão e confiança por parte de seus dependentes, a família ficará em paz! Caso contrário, surgirão a discórdia, o desacerto, o desequilíbrio!

...

A comparação pode ser muito simples, mas a verdade é que tanto a Família quanto o Estado estão sujeitos ao binômio receita-despesa! Assim eu repito: não é o que tem que ser feito, mas o que pode ser feito!

Senhores Deputados.

Agora, não é a voz do político que vos fala! É a fé que deposito, na esperança de um período florescente para nosso Estado!

Sabemos muito bem, que a prioridade no Brasil, hoje, é a educação, porque a falta desta, decorrem a maioria de nossos males, inclusive os da saúde! Sabemos muito bem, que a falta de segurança transformou o nosso povo, pois andamos inquietos e temerosos nas ruas! Sabemos que o funcionalismo estadual não ganha o suficiente para se

manter dignamente! Sabemos, enfim, que mesmo após este reajuste, os rendimentos ainda serão irrisórios! Mas diz a sabedoria milenar: "Natura Non Facit Saltus" "A natureza não se cria subitamente!"

...

É preciso confiar!

É preciso ter fé no Governo que se inicia e que veio sufragado pela grande maioria dos paranaenses!

É preciso ter confiança nas palavras do Governador, que jamais traiu seus compromissos!

...

É uma hora decisiva para a VERDADE e para a posição dos membros desta Casa, que possui o poder de aprovar, confiando na disposição do Governo neste seu PRIMEIRO PASSO!

Senhores Deputados.

Usem de seu poder, produzindo a verdade! Usem de seu poder, aprovando a mensagem do Governador, como um crédito de confiança que lhe depositamos neste início de Governo, e com esta compreensão, estou seguro que produziremos o entendimento, a harmonia e o desenvolvimento!

Produziremos enfim, a verdade!"

E, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, constitucional o Projeto de Lei nº 52/95, razão para determinar que somos de posição favorável para que o mesmo seja aprovado por esta Casa de Leis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Em votação o Parecer do Deputado Nelson Justus.

Para encaminhar a votação, com a palavra o Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Ouvi atentamente a exposição do Deputado Nelson Justus quando apresenta o seu relatório dizendo que tal projeto é constitucional, mas o Deputado Nelson Justus foi um pouco além desta constitucionalidade, defendendo em seu relatório uma posição política no que diz respeito ao governo do Estado.

Estou aqui na Assembléia Legislativa há 4 anos e sei perfeitamente que pareceres de constitucionalidade são dados de acordo com os interesses políticos vigentes naquela situação e naquele momento, porque em dezembro passado, projeto de lei semelhante a esse recebeu parecer contrário nesta Casa de Leis declarando-se inconstitucional.

Deputado Nelson Justus, o entendimento de V.Exa. não é o entendimento do STF. Em momentos anteriores essa Casa votou projetos diferenciados, o Sindicato dos Trabalhadores do Tribunal de Justiça do Estado

do Paraná entrou com ação judicial e tenho em minhas mãos cópia do que foi deliberado naquele Superior Tribunal.

Diz aquele tribunal (Lê):

"A extensão, aos servidores do Poder Judiciário, dos índices gerais de reajustamento de vencimentos concedidos aos servidores do Poder Executivo, está autorizada no art. 37, X, da Constituição Federal, norma que se basta, dispensando regulamentação, conforme bem entendido, reiteradamente, o OTF. A matéria, por referir vencimentos, reveste-se de excepcional relevância, sendo manifesto, de outra parte, o "periculum in mora" decorrente da inobservância do preceito constitucional, pelos órgãos da Administração.

V.Exa. refere-se a dois artigos da Constituição, mas não refere-se a um terceiro, o artigo 37, inciso X, que diz "que a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices, entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data"

Baseado neste artigo e neste inciso, é que o Supremo Tribunal Federal manda o Tribunal de Justiça do Paraná pagar a diferença aos servidores que tiveram percentual menor de reajuste do que aquele concedido em relação ao Poder Executivo quando dava percentuais diferenciados e superiores.

Esse artigo foi o mesmo que serviu de referência na legislatura passada para declarar-se inconstitucional mensagem enviada pelo então Governador Mário Pereira.

Essa é a argumentação constitucional. Se levada por esse ângulo, esse projeto de lei, é inconstitucional conforme entendeu o Supremo Tribunal já exaurada a sua tramitação total e dado o seu parecer, impedindo que o Tribunal de Justiça do nosso Estado cumpra esta ordem judicial.

Portanto se nós, Deputados aprovarmos a Mensagem que ora se apresenta, como se apresenta, desejo e creio e acredito que o Supremo Tribunal Federal novamente, no momento que interpelado decidirá que os servidores públicos do Estado do Paraná todos terão o seu reajuste de 25%, como de direito.

V.Exa. alega as necessidades dos policiais, enfocando a sociedade paranaense e principalmente a elite da capital da violência que aflige as nossas ruas, violência essa fruto de questões sociais, fruto de parques e míseros salários pagos pelo setor privado e no nosso Estado, principalmente, pelo serviço público, pois é a remuneração do servidor público ínfima. Não consegue uma família se sustentar e desejo a V.Exa. que em casa, se tiver compreensão, terá a paz, a paz que os passivos famintos que não conseguem gastar energia para raciocinar um pouco, para ver

os seus direitos de cidadão.

Diz V.Exa. que o magistério público teve um tratamento especial, afinal a categoria dos professores necessita. Os demais servidores e os professores das Universidades não foram contemplados, portanto, o discurso em favorecer a educação neste momento não cabe. É muito mais o discurso daquele que está atendendo parte dos seus cabos eleitorais nas últimas eleições.

Quanto a intenção de justiça que o Relator coloca em seu relatório, que o governo fará justiça, a justiça já começou a ser feita de acordo com o ângulo de visão do governo no mês de dezembro e janeiro, porque o ângulo de visão dele é de justiça, é de privilégios, não é de justiça, mas é de privilégios para uma parte da população paranaense. Foi assim na hora, lá em dezembro, de recuperar perdas salariais de algumas categorias; foram achatados todos no linear de 16%, porque ele exigiu. Essa foi a justiça que ele tentou naquele momento, mas naquele momento ela foi feita quando os servidores saíram dessa galeria, os juizes, desembargadores e promotores receberam 26%. Feito de acordo com o ângulo de visão de quem está no Palácio Iguaçu, a justiça foi completada no mês de janeiro, ao criar 419 cargos importantes num dispêndio de 6 milhões de reais por ano para atender aqueles que investiram em sua campanha algum pouco do seu precioso tempo.

E de acordo com a visão de justiça do Governo Jaime Lerner novamente ele está se dando ao lermos e interpretarmos os artigos 7º e 8º quando acabam com o limite de 20 vezes o menor salário, sabendo que vai favorecer exclusivamente os seus secretários, coisa que eu já tinha denunciado desta tribuna acerca de 10 dias atrás, quando dizia que viria reajuste diferenciado sim e os cargos de confiança, estão sendo atendidos lentamente, de uma maneira indireta agora, mas no próximo provavelmente já vindo diferenciado, porque derruba a primeira barreira neste momento.

Argumenta o relator ao apresentar o seu parecer que o governo está dando um passo à frente. Digo que é um passo à frente, Senhores Deputados, em relação ao salto triplo que foi dado para trás lá em janeiro e dezembro. Deu um salto triplo para trás e agora dá-se um pequeno passo à frente e quer que todos fiquem satisfeitos, entendendo que tudo começou hoje e que devemos ter esperança, afinal, num governo novo. Como trabalhador com mais de 40 anos de idade sempre tive ilusões e esperanças em governantes e garanto que não tenho mais, a não ser que esse governante tenha em sua proposta de trabalho à atender os oprimidos e os explorados na socie-

dade, a não ser aquele que tem em seu programa de governo os interesses da maioria e não os interesses da minoria. E vem Deputado dizer que o servidor público tem que acabar a estabilidade porque é uma corporação forte. Ninguém fala de corporação dos banqueiros, das corporações dos donos dos meios de comunicação que elegem esses banqueiros e esses governantes, essas eles querem que continue. Claro, pois está do lado deles e favorece a eles. É essa a grande desgraça do nosso país. São estas as corporações que temos que acabar.

Esse salto triplo que foi dado atrás em relação a inúmeros trabalhadores, eu queria que justificasse aos trabalhadores do DER, do IPARDES, da Saúde, enfim, a grande maioria dos servidores públicos por quê aquele salto atrás e agora dando esse pequeno passo à frente?

Por isso, com esta argumentação política e com o Parecer baseado no artigo 37, inciso 10, baseado no que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, tal projeto de lei é inconstitucional no nosso entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Parecer.

Deputados que aprovam o Parecer conservem-se como estão. **Aprovado.**

Em votação o projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, quero referir a posição adotada de votar contrário ao Parecer da Comissão, endossando as palavras do Deputado Rosinha, já que venceu o tempo, V.Exa. está colocando o projeto já em votação, invocando a Constituição do Estado, o Artigo 27, inciso 11. De que o aumento do servidor tenha que ser feito na mesma data e na mesma proporção.

Por que digo isso, Senhor Presidente? Porque há decisões inclusive na Justiça mostrando que os aumentos devem ser no mesmo índice, na mesma data, às categorias de servidores militares e civis. Porque nós temos Emenda e certamente se invocará a constitucionalidade da Emenda de aumento linear. E, obviamente, quando da análise dessa emenda vai se invocar aqui a inconstitucionalidade de que a Assembléia Legislativa possa propor uma emenda que aumente despesa.

Ora, a emenda - quero deixar bem claro - nada mais é do que corrigir uma inconstitucionalidade do aumento diferenciado, razão pela qual estamos votando contra o parecer da C.C.J., pedindo que se cumpra a Constituição de um aumento igual, na mesma data a todos os servidores.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO TREVISAN (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, com a autorização do líder do Governo, para encaminhar a Votação, já que uma espécie de divergência entre ser ou não este aumento diferenciado constitucional, trouxe aqui a minha posição que gostaria de ler aos senhores em dois minutos. Realmente a Constituição estabelece uma série de marras no que diz respeito ao serviço público e ao servidor.

A Constituição estabeleceu, em relação ao funcionalismo público várias amarras, quais sejam: a) a isonomia (art. 37, XII); b) vinculação de índices (art. 37 X); c) data única para revisão geral (art. 37, X); d) limites máximos e relação de valores (art. 37, XI); e) irredutibilidade de vencimentos (art. 37, XV).

A isonomia se concretiza horizontalmente, entre os Poderes, de tal forma que um servidor de um Poder não pode ter remuneração diferente de servidor de outro Poder que desempenhe função idêntica, verbi gratia, o ascensorista da Assembléia Legislativa deve ganhar o mesmo que o do Tribunal de Justiça.

A questão de índices diferenciados de vencimentos poderá esbarrar no dispositivo inserto no inciso X do art. 37, que determina que a revisão geral deve ser sempre em data única, e que não pode haver diferenciação de índices entre servidores civis e militares. Mas no caso da Mensagem 52/95, não existe esse perigo, pois ela atende ao dispositivo mencionado.

O referido inciso não veda que haja índices diferenciados entre várias categorias do funcionalismo.

Nele se encontra a determinação de que a revisão geral dos vencimentos se faça sempre em data única. Assim, o Estado esbarra em vedação expressa quando pretende conceder reajuste para uma categoria e não conceder para outras. Mas se o Estado dá reajustes numa única data, para todas as categorias, a disposição constitucional fica atendida.

Da mesma forma, existe vedação expressa de diferença de índices entre os funcionários civis e servidores militares. A leitura do inciso X deve ser no seguinte sentido: não é permitido dar um reajuste percentual para o funcionalismo civil, e dar um reajuste diferente para o efetivo militar. Não pode haver essa diferenciação entre civis e militares. Mas dentro do organismo policial, se houver índices iguais, por exemplo, impedimento de que os índices dessas duas polícias sejam diferentes dos índices de outras categorias. Não pode haver diferença entre civis e militares, mas não há impedimento de que exista diferença entre Civis e Civis ou entre Militares e Militares. Assim, pode haver índices diferentes entre os médicos e os engenheiros.

Fora dessas hipóteses, o Estado é livre para conceder índices diferenciados.

Faça-se o raciocínio de forma contrária. O que aconteceria se o Estado fosse obrigado a conceder índices iguais para todas as categorias do funcionalismo?

Isso implicaria em uma vinculação total de vencimentos. Aquinhado um Advogado do Estado com 10%, e todos os funcionários teriam 10%. Aumentado o salário de uma servente em 30%, e todos os funcionários do Estado teriam 30%.

A segunda implicação dessa vinculação total seria o amarramento definitivo do quadro funcional do Estado. Nada poderia ser mexido, nada se movimentando, nenhuma categoria podendo ter diferenças corrigidas, nenhum Governador podendo priorizar um certo setor de seu Governo".

Por isso, e essa é minha posição, a mensagem do Governo é constitucional. Já a emenda, não é de competência dos Deputados apresentarem emendas que impliquem em aumento das despesas de Governo, e aí surgem inconstitucionalidade. Quanto minha posição afirmada no que diz respeito à minha posição econômica, eu sou contra os corporativismos, os monopólios de forma geral, porque eu quero viver num país livre, num país aberto e moderno onde todos tenham liberdade de pensamento, mesmo que eventualmente seja diferente de um companheiro mas que o pensamento seja respeitado.

O SR. DR. ROSINHA (**Pela Ordem**) - Sr. Presidente, pedi pela Ordem porque estava caminhando após o meu pronunciamento, quando o Senhor colocou a matéria em votação. E conforme falei, é o voto contrário da Bancada do PT que deve ser registrado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa vai anotar.

Com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Peço a palavra regimentalmente para fazer encaminhamento de votação do Projeto e colocar aqui a minha posição contrária ao Parecer do emidente Deputado Nelson Justus pelas seguintes razões, Sr. Presidente.

Quando governava o Paraná o PMDB, na pessoa do Governador Mário Pereira - quero repetir aqui - eu era seu Líder nesta Casa. Eleito pela maioria do povo paranaense o Governador Jaime Lerner teve no Governo de Mário Pereira todo acesso necessário e nem poderia ser diferente para fazer a transição, portanto passou a conhecer o governo por dentro, antes mesmo de assumi-lo.

Nestas condições S.Exa. e a sua equipe



de transição passaram a ter conhecimento da realidade financeira, orçamentária e das reivindicações da sociedade e sobretudo do funcionalismo com relação à questão de aumento salarial.

Passei momentos difíceis aqui, e V.Exa. sabe disso, os Deputados que se re-elegeram sabem disso, no encaminhamento destas questões, sobretudo das questões relacionadas para o aumento do funcionalismo. De um lado nós estávamos presos ao limite constitucional, 65%, de outro lado nós estávamos presos à receita e ao caixa do Tesouro do Estado, mas, com base nesses dois parâmetros o Governador Mário Pereira, e com base na sua experiência de ex-Secretário da Administração ele envidou todos os esforços visando corrigir uma série de distorções que ao longo dos anos foram perpetradas contra diferentes classes do funcionalismo do Estado, e ao final da sua gestão ele procurou consubstanciar isso numa mensagem do aumento diferenciado.

Inconstitucional? Talvez. Não discuto, mas era o que se podia para o momento apresentar e sugerir à Casa que analisasse e discutisse como forma de correção destas distorções.

Aumento linear, constitucional? Parece-me que sim, é o mais próximo da Constituição, um aumento igualitário para todas as classes. Mas em um Governo aonde não se tenha cometido uma série de distorções ou injustiças ao longo dos anos, e nós temos que reconhecer, e eu, como velho e servidor público mais ainda, que foram cometidas inúmeras injustiças, inúmeras injustiças ao longo dos anos com as diferentes classes de servidores do nosso Estado.

Portanto, agora vem o Governo Lerner, depois de ter tido acesso ao Governo do PMDB, e quando a matéria entrava em votação na Casa ele, através das suas lideranças, se colocava contrário àquela proposta de aumento diferenciado e defendia uma proposta de aumento linear de 16% que é a que foi aprovada por esta Casa. Muito bem, só que na oportunidade um dos argumentos usados pela equipe de transição do Governo Lerner, e falo aqui invocando minha condição de Líder do Governo Mário Pereira, porque participei de inúmeras conversações a respeito desta matéria, era de que vamos rejeitar a proposta de aumento linear, digo, aumento diferenciado, vamos dar uma proposta de aumento linear que em janeiro nós ao assumirmos o governo, vamos procurar corrigir todas essas distorções e o que é que aconteceu? Aconteceu que estamos em março, mais especificamente no dia 20 de março e essas distorções não foram corrigidas. Porquê? Porque o projeto de S.Exa., o Governador Lerner não beneficia os tenentes, os capitães da PM, não bene-

ficia os peritos criminais da Polícia Civil, não beneficia os engenheiros, na sua grande maioria, do DER, não contempla nenhum benefício aos médicos do Instituto de Saúde Pública do Paraná e três meses depois vem e oferece 10% para esse mesmo pessoal.

Fica difícil, Senhor Presidente, para quem defendeu uma proposta de aumento diferenciado há 90 dias atrás, que melhoraria sensivelmente a vida de mais de 50 mil servidores do Estado do Paraná, concordar com uma proposta nesses termos.

Por essa razão é que voto contrário ao parecer do eminente Deputado Nelson Justus e reafirmo a necessidade de se submeter à análise desta Casa, da nossa proposta de aumento linear de 25%. Digo mais, não é uma proposta demagógica, porque com base nos estudos que fizemos durante a análise e discussão da proposta do governo passado, de aumento diferenciado, se aprovado, contemplaria mais de 50 mil servidores, aquela proposta chegaria ao percentual de quase 19% na prática, em relação à receita do Estado.

Portanto, de 19 para 25 me parece que pouca diferença faz, se levarmos em consideração de que nenhum aumento foi dado nem em janeiro e nem em fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Em votação Projeto de Lei nº 52/95.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, não podia deixar de, rapidamente fazer alguns comentários acerca da proposta do anteprojeto que ora votamos. Eu, durante o governo anterior, no governo Requião votei quase que todas as suas mensagens aqui, embora sendo integrante de outro partido, tanto assim que nesse último pleito fiquei com o meu partido, que se coligou com o PTB, apoiando Jaime Lerner.

Pelo que me lembro, Senhor Presidente, se não todas as ocasiões, todas as vezes que o governo anterior, o governo Requião concedeu aumento de vencimentos aos funcionários públicos do Estado, ele distinguiu o magistério. Em todas as oportunidades ele deu aumento maior ao magistério, que as outras classes, aos outros trabalhadores do serviço público, porque o governo Álvaro Dias deixou lá em baixo, arrasou com o salário do trabalhador da educação, do professor. Precisou então, e foi inteligente o governo Requião, perseguir essa sua meta de governo e conseguiu êxito em dar ao magistério, aumento superior às outras classes, em todas as oportunidades.

Por isso, concordar com a argumentação inteligente, jurídica até, constitucional, do Deputado Trevisan, que falou com muita



felicidade, citando aqui artigos da Constituição e disse S.Exa., o jovem Deputado, ex-prefeito que Jaime Lerner está no Palácio Iguazu, resultado de uma eleição democrática, imposta pela vontade daqueles que o elegeram, que são e que eram a maioria dos eleitores do Paraná.

Portanto, está o Senhor Governador, investido de autoridade para propor a esta Casa o seu plano de governo, a sua intenção de governo, pregada nos palanques públicos, que era de fortalecer, não o professor, mas a educação do Paraná.

Pessoalmente, Senhor Presidente, talvez eu, se governador fosse, não faria a proposta da forma como fez o Senhor Governador. Talvez não o fizesse, mas agora, nos seus primeiros meses do seu governo, nos primeiros dias até posso dizer, que a máquina da administração pública brasileira, começou agora depois do Carnaval, antes não havia nada. As Secretarias muito mal instaladas, funcionários do segundo escalão sem serem indicados, merece, portanto Jaime Lerner, de minha parte, e deve merecer, acredito, dos Senhores Deputados, mesmo os de bancada diferente do seu Partido, na nossa coligação, dos Deputados da Situação, merece um voto de confiança agora, de esperança neste início de Governo numa situação quase que dramática na economia nacional.

Faço um apelo até aos Senhores Parlamentares: vamos dar ao Governador que foi eleito ontem, praticamente, este voto de confiança. Da mesma forma o funcionário público, tenho a certeza, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esses funcionários que estão recebendo hoje índice menor, 10%, 15%, a exemplo da Polícia do Estado, haverão esses funcionários de, na primeira oportunidade, quando disse o Deputado Tavares, ainda reportando-se a liderança do governo que foi agora, há poucos meses, nas condições financeiras e do caixa do erário do Estado, não tenham dúvida que Jaime Lerner vai cumprir o prometido e o compromisso maior que teve com os funcionários públicos e com todos nós paranaenses.

Por isso voto com o Parecer do ilustre Deputado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Deputado Eduardo Trevisan.

Tive oportunidade, de em vários momentos, debater com seu pai na legislatura passada e coincidentemente em posições diferentes sempre. Ele sempre defendendo o Governo e o Governo sempre massacrando o

servidor. Parece que é hereditário na família massacrar servidor público.

Mas, o que quero dizer, Deputado Eduardo Trevisan, que V.Exa. leu um parecer ao projeto de sua autoria e tenho em minhas mãos um Mandato de Segurança nº 219068, que foi interposto junto ao Supremo Tribunal Federal. Volto a dizer que naquela oportunidade disse e assim foi aprovado que a matéria que estava sendo analisada de reajuste diferenciado escreve o seguinte: "a matéria por referir vencimentos reveste-se de excepcional relevância, sendo manifesto de outra parte o 'periculum in mora' decorrente da inobservância do preceito constitucional pelos órgãos da administração. Ordem judicial expedida neste sentido não encontra óbice nos diplomas legais, invocados pelo órgão de representação do estado membro, já que não se está diante" - Senhor Deputado Trevisan - "de reclassificação ou equiparação dos servidores públicos ou de concessão de aumento de vencimentos ou extensão de vantagens.

Assim sendo, sei por bem deferir, conquanto apenas em parte, a cautelar requerida. A cautelar era pedida em dois sentidos: um a de reposição de perdas salariais e o outro quanto ao reajuste diferenciado."

O Supremo deu favorável na questão do reajuste diferenciado. Este é o mandato do Supremo Tribunal. Ou os Senhores Deputados acreditam numa resolução do Supremo Tribunal ou acreditam no Parecer do Deputado Trevisan.

Quero dizer, também...

O SR. Eduardo Trevisan - Deputado, democraticamente, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encaminhamento de votação não é permitido aparte.

O SR. Eduardo Trevisan - Pela Ordem, eu posso?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. poderá encaminhar a votação após o pronunciamento do Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Quero dizer, Deputados, que o Supremo foi muito claro, se quisermos dar reajuste diferenciado é possível. Em que momento? Com nova reclassificação, com novo plano de cargos e salários. São estes momentos estabelecidos pela Constituição, não é esse o caso, no momento. O caso agora é simplesmente de reposições salariais, ao contrário do que disse o Deputado Nelson Justus, que disse, naquele momento que era um aumento de salário. Não é um aumento também, é uma re-

posição, pequena, das perdas salariais, ao longo da história dos servidores públicos do Estado.

Portanto, se quisermos corrigir diferenças salariais, no global, faz-se o seguinte: novo plano de cargos e salários, com reclassificação de pessoal, aí a Constituição permite perfeitamente.

Nós sabemos, como disse o Deputado Nêrone, que não é possível em 2, 3 meses também se crie tantos privilégios como os cargos criados e a tentativa agora do 7º e 8º artigos. Porque isso é possível. Então o que nós devemos fazer? O Governo propôs aumento diferenciado, nós defendemos, fazemos um reajuste linear, e que o Governo chame os representantes das categorias dos servidores públicos, negocie uma reclassificação, negocie uma política salarial ao longo de seu tempo de Governo, de 4 anos, e recupera senão toda pelo menos parte das perdas acumuladas. Mas não agir na inconstitucionalidade e agir criando privilégios novamente.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO TREVISAN (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, lamento a maneira como o Deputado Rosinha, brilhantemente, se referiu ao meu pai, porque meu pai sempre que lembra do Rosinha, lembra com carinho imenso, como um grande Deputado, como um Deputado muito bacana que foi companheiro dele. E quanto a mim, Deputado, procuro realmente defender o meu nome, já fui Prefeito, e não sei como meu pai atuava aqui. A minha eu tenho uma posição única, pertencendo a um único Partido, que é o PTB, até hoje.

Agora o que deve ficar bem claro para os funcionários que estão aqui é que a posição nossa, dessa Bancada do lado de cá, não é, de maneira alguma, contrária aos funcionários. Pode representar, no primeiro momento, a não satisfação de um desejo intenso que todos têm de recuperar perdas salariais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa ao nobre Deputado que ao falar deve estar de frente para a Mesa.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Desculpa, Senhor Presidente. Mas, a longo prazo essa nossa posição vai ser de percorrer um caminho de muito trabalho, de união, de esforço, para a recuperação da situação do servidor público, no Estado do Paraná.

O que lamento muitas vezes e nessa minha curta vida pública é os que pensam que têm o monopólio da representação de Deus, na terra, só eles representam o bem, o resto representa o mal. Isso aí é intolerância, isso aí vem dos antigos países comunistas, do Leste europeu, que eu tive o

prazer de visitar algumas vezes, e pude ver a que ponto levaram aqueles países. Temos que ter um posicionamento e respeito ao companheiro que pensa diferente.

A nossa posição é uma posição de defesa do funcionalismo e também da continuidade do Estado como instituição pagadora desses funcionários. Não podemos matar a galinha dos ovos de ouro, que paga os funcionários. Tem que haver um caminho, tranqüilo de recuperação, do dia para a noite não vai ser possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto de lei.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, é bom lembrar ao Deputado que nos antecedeu que toda grande caminhada começa com um primeiro passo, espero que possamos dar o primeiro passo, no dia de hoje.

A questão de ordem, Senhor Presidente, é para que V.Exa. informe ao Plenário o processo de Votação. Temos duas coisas sendo votadas: primeiro, em 1ª discussão a constitucionalidade ou não do Projeto. Na sequência V.Exa. convocará uma nova reunião hoje?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A 1ª discussão é sobre a constitucionalidade, a segunda discussão, se depender do Plenário será logo em seguida dessa Sessão, e aí serão admitidas as emendas.

Em votação o projeto.

Os Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - Solicito a verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a Verificação de Votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se. O Sr. 2º Secretário procederá à contagem.

O SR. SÉRGIO SPADA (Pela Ordem) - Só para orientar a Bancada do PP. O PP obviamente, está defendendo a tese de aumento de 25% linear para os servidores públicos, e no entendimento dessa liderança não há como votar a emenda dos 25% na sequência se não aprovar o projeto, não admitir o projeto.

Então, nessa votação, o PP, vota pela admissibilidade e constitucionalidade do Projeto e na sequência vai defender a tese do aumento de 25%.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O 2º Secretário procederá à contagem. (É procedida a contagem).

Trinta e cinco Srs. Deputados a favor.  
Quatorze contra.

**Está aprovado o projeto.**

(Lê o requerimento nº 419, já lido no Expediente)

Srs. Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão. **Aprovado.**

#### ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/95, que concede prazo para recolhimento de ICMS às Indústrias e Cooperativas que adquiram milho em grãos de produtores paranaenses. SEM PARECERES. (Publ. D.A. nº 16, de 16.03.95, Mens.).

Há parecer do Plenário. O Sr. Deputado Augustinho Zucchi procederá à leitura do Parecer.

O SR. AUGUSTINHO ZUCHI - (LE):

"COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 053/95

P A R E C E R:

#### Da Proposição

O Plano de Lei em referência objetiva conceder às indústrias e cooperativas estabelecidas no Estado, que adquiram milho em grãos dos produtores paranaenses para utilização no processo industrial ou na atividade de integração e parceria, no prazo de noventa dias, além do normal, para o recolhimento do ICMS das operações com os produtos resultantes de sua industrialização, no montante equivalente a 12% (doze por cento) do valor da entrada de milho em grão no respectivo mês.

#### Da Legalidade e Constitucionalidade

Quanto aos aspectos atinentes a legalidade e constitucionalidade, não há nenhum impedimento que possa obstar o prosseguimento da matéria, pois trata-se de mera prorrogação de prazo para recolhimento de tributo estadual, com vistas a auxiliar a comercialização e escoamento da safra de milho.

Cabe ressaltar que a forma pela qual a medida é proposta está correta, ou seja, através de Lei como determina o art. 130 da Constituição Estadual.

#### Do Mérito

A safra nacional de milho em 1994/95 é estimada pela Companhia Nacional de Abastecimento, em 36,6 milhões de toneladas, existindo ainda, em 01.03.95, mais de 4,6 milhões de toneladas em estoques nas mãos do Governo.

Além de todo esse volume de safra e estoques, deverão entrar no País até junho próximo, segundo estimativas, cerca de 600 mil toneladas de milho importados, principalmente da Argentina.

A perspectiva de consumo para o ano comercial em curso, já considerando uma

expansão do consumo interno de 8%, deverá atingir 35,3 milhões de toneladas, resultando um excedente de 6,5 milhões de toneladas, ou seja, um estoque de passagem equivalente a 2,2 meses de consumo.

Para o Estado do Paraná, primeiro produtor do cereal a nível nacional, a situação de super safra e grandes excedentes, não é diferente, para a safra normal (cultivada no verão); espera-se uma produção de 7,5 milhões de toneladas e para a segunda safra (safrinha) a expectativa é de obter-se mais 1,0 milhão de toneladas, o que eleva a oferta para 8,5 milhões de toneladas, sem levar em consideração que nos armazéns do Estado ainda existem estoques remanescentes das safras 91/92, 92/93 e 93/94, que somam mais de 1,2 milhão de toneladas, elevando a oferta total de milho no Paraná para um recorde jamais alcançado, cerca de 9.7 milhões de toneladas.

Considerando que o consumo estadual atingirá 5,5 milhões de toneladas e as vendas interestaduais para São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul possam chegar a 2,0 milhões de toneladas, haverá um excedente de 2,2 milhões de toneladas, o que equivale a 4,7 meses de consumo estadual.

Esse quadro de superoferta, aliado a importações vem causando quedas diárias dos preços do cereal, chegando a níveis muito baixos (R\$ 4,00 por saca - 60 Kg - preço médio em 16/03 no Paraná), muito aquém do preço mínimo de garantia para o milho que é de R\$ 6,32/sc 60Kg, levando os produtores a uma situação gravíssima, pelo elevado grau de descapitalização que vêm enfrentando.

Essa medida, sem dúvida, permitirá às indústrias e cooperativas efetuarem um volume maior de compras, melhorando o fluxo atual de comercialização que é muito lento.

Contudo cabe salientar que são necessárias inúmeras medidas complementares para alavancar o preço deste produto, tais como: liberação de recursos para comercialização, liderança de armazéns para estocagem, intervenção nas importações criando mecanismos para proteção do produto nacional e outras efetuadas pelo setor.

Deverá haver por parte da Receita Estadual, rigorosa fiscalização para que os objetivos desta Lei não sejam desvirtuados, especialmente com relação à data de compra do produto.

Por último, espera-se que com estes benefícios concedidos, o produtor possa ser beneficiado, recebendo incremento dos preços aviltantes hoje praticados.

#### Conclusão

Nestas condições e conforme já analisado e exposto, nosso Parecer é favorável, com a ressalva ao art. 4º, sobre o qual,

para melhor eficácia dos objetivos colimados apresentarei emenda modificativa a parte.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 20.03.95

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Relator"

O SR. PERICLES DE MELLO (Pela Ordem) - A Bancada do PT votará favoravelmente a esse projeto. No entanto, queremos alertar o governador do Estado que deve ter uma preocupação urgente com a safra de feijão, porque, como nós mesmos dissemos nessa tribuna, os pequenos produtores da região Centro Sul do Paraná, tiveram uma perda de 80% da safra de feijão.

Duas audiências foram feitas com o Secretário da Agricultura, Sr. Hermas Brandão e nenhuma solução foi tomada até o presente momento. Uma das soluções mais importantes seria um crédito de manutenção de um salário-mínimo durante dez meses aos pequenos e micro produtores de feijão, que se encontram numa situação desesperadora.

O PT vota favoravelmente a esse projeto de lei e ao parecer do Deputado Zucchi, mas faz esse alerta ao governo do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o parecer. **Aprovado.**

Em votação o projeto. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária, marcando uma sessão extraordinária para logo após a presente sessão, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 052 e 053/93.

Marca ainda uma sessão ordinária para terça-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### TRABALHOS DAS COMISSÕES.

Levanta-se a sessão.

#### EDITAL DE CHAMAMENTO

PORTARIA N° 025/94-DG  
COMISSÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR

O Presidente da Comissão de Processo Disciplinar, instituída pela Portaria n° 025/94, da Diretoria Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 320, § 2°, da Lei 6.174/70, (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná) diante da impossibilidade de citação pessoal...

CITA e CHAMA a funcionária do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, **Cintia Aparecida Pulner**, INDICIADA EM PROCESSO DISCIPLINAR POR INFRINGENCIA AO ART.293, inciso V, letra "b", da lei acima enumerada - ABANDONO DE CARGO para apresentar defesa no prazo de dez dias, a contar da última publicação do presente Edital de Chamamento, sendo-lhe facultada vista do processo, durante decorrência do prazo acima, na dependência onde funciona a Comissão de Processo Disciplinar (COORDENADORIA DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL).

PUBLIQUE-SE, NA FORMA DA LEI.

Curitiba, de fevereiro de 1995

(a) ANTONIO LOPES

Presidente da Comissão